



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
6º OFÍCIO DE COMBATE À CORRUPÇÃO
SGAS QUADRA 604, LOTE 23, GABINETE 105 – BRASÍLIA /DF – CEP 70200-640
FONE (61) 3313 5477

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA 10ª VARA FEDERAL DA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL**

Ref: Inquérito Policial 678/2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 6º, inciso V, da Lei Complementar nº 75/93 e constitucionais previstas nos artigos 127 e 129 inciso I da CF/88, com esteio nos autos do Inquérito Policial em epígrafe, oferece

DENÚNCIA

em desfavor de

1. **JOSÉ RICARDO DA SILVA,** [REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

2. JOÃO BATISTA GRUNGINSKI, [REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

3. EDISON PEREIRA RODRIGUES, [REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

4. BRUNO PADOVAN, [REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

5. DORIVAL PADOVAN, [REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

6. PAULO ROBERTO CORTEZ, RÉU COLABORADOR, [REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

7. VALMIR SANDRI, [REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

8. VALMAR FONSECA DE MENEZES, [REDACTED]

[REDACTED]
[REDACTED]

9. SILVIO GUATURA ROMÃO, [REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]

10. EZIQUEL ANTÔNIO CAVALLARI, [REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]

11. MARCO ANTÔNIO BIONDO PEREIRA MATTOS, [REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]

12. RAUL FERNANDO SCHEIDER, [REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]

13. EXPEDITO LUZ, [REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]

14. AMADOR OUTERELO FERNANDEZ, [REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]

pelas razões de fato e de direito aduzidas adiante:

1) SINOPSE FÁTICA

Inicialmente, cumpre destacar que a presente denúncia refere-se a fatos investigados no bojo da ***Operação Zelotes***, responsável por dismantelar esquema de crimes contra a Administração Pública estruturados junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais — CARF.

Durante a apuração distinguiram-se eventos envolvendo empresas autuadas, com evidências da ação delituosa de pessoas ligadas às empresas do grupo GERDAU¹. Os diversos atos de corrupção ocorreram entre 2011 e 2014 e envolveram, de um lado, o consultor jurídico e consultor de contabilidade do Grupo Gerdau, respectivamente, MARCO ANTÔNIO BIONDO e RAUL FERNANDO SCHNEIDER e, de outro, a organização criminosa que atuava no CARF, em Brasília/DF, conduzida por JOSÉ RICARDO DA SILVA.

Os executivos acima mencionados, devidamente autorizados por EXPEDITO LUZ, Diretor Jurídico da Companhia, utilizaram subterfúgios para dissimular a promessa de vantagem indevida ao então Conselheiro do CARF JOSÉ RICARDO DA SILVA, para determiná-lo a praticar, omitir e/ou retardar ato de ofício, por meio da manipulação do andamento, da distribuição e decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, visando obter provimento de seus recursos e cancelamento da cobrança de tributos em seus processos.

¹ A referência a Grupo Gerdau feita no corpo da presente denúncia não expressa o conceito do art. 265 da Lei nº 6.404/1976, que trata de empresas controladoras e controladas, mas tão somente para esclarecer que se trata de sociedades empresariais vinculadas ao mesmo grupo econômico.

O caso em análise refere-se às negociações ocorridas visando o êxito nas decisões do CARF para os processos da GERDAU abaixo:

Empresa	Processo	Matéria	Data de Entrada no CARF
GERDAU COMERCIAL DE AÇOS S.A.	PROCESSO Nº 11080.723702/2019-19	IRPJ e CSLL-Amortização de Ágio	13/09/2010
GERDAU AÇOS ESPECIAIS S/A	PROCESSO Nº 11080.723701/2010-74	IRPJ e CSLL-Amortização de Ágio	13/09/2010
GERDAU AÇOMINAS S/A	PROCESSO Nº 10680.724392/2010-28	IRPJ e CSLL-Amortização de Ágio	22/11/2010
GERDAU AÇOS LONGOS S/A	PROCESSO Nº 16682.720271/2011-54	IRPJ e CSLL-Glosa de Despesas de Amortização de Ágio	04/03/2011
GERDAU INTERNACIONAL EMPREENDIMENTOS LTDA.	PROCESSO Nº 16643.000276/2010-42	IRPJ e CSLL - Lucros no Exterior	20/10/2010

Os quatro primeiros processos referem-se à matéria de ágio interno. O último processo citado (Processo nº 16643.000276/2010-42) refere-se à temática de lucros no exterior.

JOSÉ RICARDO DA SILVA contou como partícipes na corrupção passiva JOÃO BATISTA GRUGINSKI, BRUNO PADOVAN, DORIVAL PADOVAN, PAULO ROBERTO CORTEZ, VALMIR SANDRI, VALMAR FONSECA DE MENEZES, SÍLVIO ROMÃO e EZIQUIEL CAVALLARI. Como partícipe na corrupção ativa agiu AMADOR OUTERELO FERNANDEZ, cuja participação foi imprescindível para municiar MARCOS BIONDO, RAUL SCHNEIDER e EXPEDITO LUZ de informações a respeito dos atos ilícitos praticados, na medida em que acompanhava, oficialmente, os processos da GERDAU, ciente da atuação paralela do grupo comandado por JOSÉ RICARDO DA SILVA.

A atuação do esquema de corrupção nesse caso desenvolveu-se em três momentos distintos, seguindo uma ordem cronológica, na forma seguinte:

I. Assinatura do contrato entre o GRUPO GERDAU e as empresas ALFA ATENAS e PLANEJA ASSESSORIA EMPRESARIAL no dia 12 de março de 2012.

II. Decisões iniciais na Câmara Baixa.

III. Ações de JOSÉ RICARDO, VALMAR FONSECA DE MENEZES, PAULO ROBERTO CORTEZ e VALMIR SANDRI para condução dos procedimentos à 1ª Turma da Câmara Superior do CARF.

Ao longo da denúncia, serão descritos os fatos delituosos separados em três fases distintas, assim como apresentadas as provas de autoria e materialidade que comprovam a participação dos envolvidos arrolados na presente exordial acusatória.

2) CONTRATAÇÃO DISSIMULADA DE JOSÉ RICARDO DA SILVA

O Conselheiro JOSÉ RICARDO DA SILVA é sócio da empresa SGR CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, empresa que era usualmente utilizada para o recebimento das vantagens indevidas decorrentes da prática de ilícitos envolvendo o CARF.

A estrutura criminosa tinha preferência por esse escritório, mas tinha que se associar a escritórios parceiros nas hipóteses em que seu principal sócio era diretamente envolvido nos julgamentos manipulados pelo grupo. O objetivo era o de dissimular a participação de JOSÉ RICARDO DA SILVA em processos no qual o citado denunciado iria ser um dos responsáveis pelo julgamento da autuação fiscal.

A SGR tinha como sócio JOÃO BATISTA GRUNGINSKI, ex-Auditor da Receita Federal e ex-Conselheiro do CARF, a quem incumbiu elaborar o voto que encerraria a discussão na Câmara Superior em favor das empresas do grupo GERDAU, conforme detalhado adiante.

O Conselheiro JOSÉ RICARDO ocupava posição de destaque na organização criminosa, uma vez que era Conselheiro do CARF e tinha acesso a informações sigilosas que afetavam diretamente o interesse das empresas beneficiárias dentro daquele Conselho.

No período entre 2011 a meados de 2013, JOSÉ RICARDO DA SILVA contava com o auxílio imprescindível do réu colaborador PAULO ROBERTO CORTEZ, que o ajudava tanto no trânsito com os demais conselheiros quanto na distribuição de processos para pessoas ligadas ao grupo.

No entanto, em dezembro de 2013, PAULO ROBERTO CORTEZ, insatisfeito com o não pagamento de uma dívida, passa a elaborar uma *notitia criminis* relatando as atividades ilícitas de JOSÉ RICARDO DA SILVA envolvendo o julgamento das empresas do Grupo GERDAU.

PAULO ROBERTO CORTEZ foi a primeira pessoa a denunciar as atividades criminosas de JOSÉ RICARDO DA SILVA, conforme se vê do “e-mail” encaminhado a Alexandre Paes dos Santos, em 09/10/2013, com documentação anexada, preparada pelo remetente, objetivando denunciar o grupo à Receita Federal, o que de fato foi feito.

Pede-se vênha para transcrever a documentação anexada ao “e-mail”:

PROCESSOS EM FASE DE APROVAÇÃO NO CARF

Abaixo, relação de clientes da SGR que estão, atualmente, com processos em fase de negociação e aprovação no CARF:

- GERDAU COMERCIAL DE AÇOS. (Processo 11080.723702/2009-19)
Crédito Tributário – R\$ 114.469.845,97 – em valores da época.
- GERDAU AÇOS ESPECIAIS S/A. (Processo 11080.723701/2010-74)
Crédito Tributário – R\$ 182.437.061,36 – em valores da época.
- GERDAU AÇOS ESPECIAIS S/A. (Processo 11080.732740/2011-43)
Crédito Tributário – R\$ 115.349.799,13 – em valores da época.
- GERDAU AÇOMINAS S/A. (Processo 10680.724392/2010-28)
Crédito Tributário – R\$ 722.284.526,75 – em valores da época.
- GERDAU AÇOS LONGOS S/A. (Processo 16682.720271/2011-54)
Crédito Tributário – R\$ 1.534.501.063,63 – em valores da época.
- GERDAU INTERNACIONAL EMPREENDIMENTOS LTDA
(Processo 16643.000276/2010-42)
Crédito Tributário – R\$ 231.588.642,89 – em valores da época.

Crédito Tributário – R\$ 875.633.556,91 – em valores da época.

Através dos escritórios ALFA ATENAS ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA e PLANEJA PARTICIPAÇÕES (associados da SGR), os processos do GRUPO GERDAU foram negociados visando obter o provimento de suas defesas, junto ao CARF. Os contratos preveem o pagamento de 1% (um por cento) de êxito sobre o valor corrigido dos autos de infração; valor esse que totaliza, sem correção, R\$ 3.776.261.000,00 (três bilhões, setecentos e setenta e seis milhões, duzentos e sessenta e um mil reais), conforme relação acima.

Os processo do Grupo GERDAU estão em fase final de análise e devem ser votados no decorrer do mês de outubro e novembro/2013, e se tudo sair dentro do programado, a SGR, a ALFA ASSESSORIA e a PLANEJA PARTICIPAÇÕES deverão receber o valor de êxito de aproximadamente R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais).

O conteúdo do citado arquivo continha justamente a relação de processos da GERDAU negociada por JOSÉ RICARDO DA SILVA por meio de um contrato de fachada com as empresas ALFA e PLANEJA. Tal como dito por PAULO ROBERTO CORTEZ, o que foi posteriormente comprovado pelas buscas e apreensões realizadas na SGR e outras empresas envolvidas, a GERDAU, houve o compromisso negocial assumido pelo Consultor Jurídico e Consultor de Contabilidade, respectivamente, MARCO ANTÔNIO BIONDO e RAUL FERNANDO SCHINEIDER, com conhecimento e anuência de EXPEDITO LUZ, Diretor Jurídico. As empresas ALFA e PLANEJA fariam jus a 1% (um por cento) do valor do êxito (aproximadamente quarenta milhões de reais em valores atualizados) para interceder ilicitamente em favor do conglomerado empresarial.

Com efeito, a GERDAU celebrou contrato apenas com as empresas PLANEJA ASSESSORIA EMPRESARIAL/ALFA ATENAS ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA no dia 12 de março de 2012.

O objeto do contrato, propositadamente genérico para não suscitar desconfiança em relação ao seu verdadeiro propósito, era assessoria e consultoria exclusiva na esfera administrativa, no intuito de resolver os processos 10680.724392/2010-28, 11080.723702/2010-19, 11080.723701/2010-74 e 16682.720271/2011-54, com expressa previsão para a subcontratação de escritórios, o que também foi feito, com o objetivo de estabelecer mais uma camada de disfarce para evitar a descoberta dos ilícitos pelos órgãos de controle.

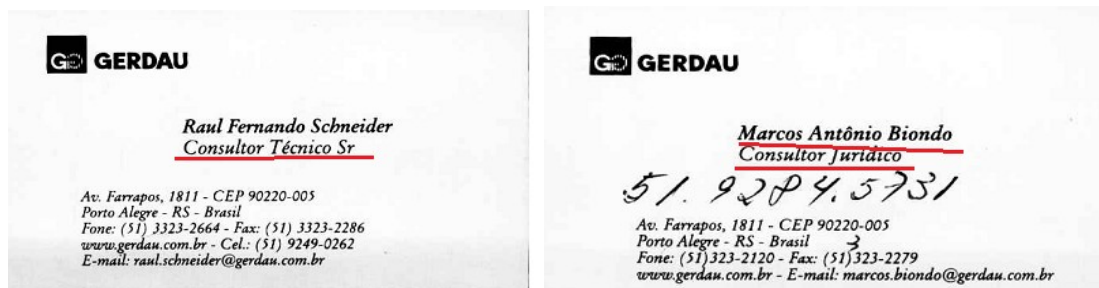
O contrato assinado pelas partes estabelecia honorários *ad exitum* na proporção de 1,10% do benefício econômico auferido pela auçada, sendo 50% para a PLANEJA ASSESSORIA EMPRESARIAL, de EZIQUIEL ANTÔNIO CAVALLARI e 50% para a ALFA ATENAS ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, de SÍLVIO GAUTURA ROMÃO.

O farto conjunto probatório, obtido por meio de diversas medidas de busca e apreensão, quebra de sigilo telefônico, quebra de sigilo bancário e fiscal, interceptação de comunicações telemáticas, análise de documentos, tomada de depoimentos e a colaboração do réu PAULO ROBERTO CORTEZ comprovam a conexão entre o conselheiro JOSÉ RICARDO DA SILVA e as pessoas jurídicas interpostas mencionadas acima.

É de se mencionar que as partes inclusive apuseram uma cláusula de sigilo no contrato, estabelecendo que o teor do contrato não fosse divulgado a terceiros. Como a GERDAU não tinha como justificar a contratação de um escritório de consultoria, composto por neófitos na matéria tributária, sem nenhuma experiência ou sequer qualificação para o assunto, era natural que tivessem essa cautela, pois qualquer pessoa com mínima experiência identificaria a fraude *ictu oculi*.

MARCO ANTÔNIO BIONDO e RAUL FERNANDO SCHNEIDER admitem que se reuniram por mais de uma vez com EZIQUIEL CAVALLARI e SÍLVIO ROMÃO, intermediários à frente das empresas ALFA e PLANEJA, tendo inclusive voado até a cidade de São Paulo/SP, para assinar o contrato.

Seus cartões de visita foram apreendidos na sede da empresa ALFA ATENAS, dentre outros documentos relacionados à GERDAU:



No entanto, na hora de se explicarem os motivos que os levaram a assegurar aproximadamente R\$ 40 milhões de réus a empresas inexpressivas, que não contavam sequer com um funcionário, os co-réus divergiram:

Embora reste evidente que RAUL FERNANDO SCHNEIDER e MARCOS ANTÔNIO BIONDO tinham ciência de que estavam forjando contratos apenas com o propósito de ocultar o real serviço que seria prestado - cooptação e compra de votos de funcionários públicos integrantes do CARF - MARCOS BIONDO disse que foram contratados 3 (três) escritórios para acompanhar os processos de ágio interno no CARF.

O primeiro deles, localizado em Porto Alegre, sede da empresa, era o MERTEN ADVOGADOS, que também era contratado para acompanhar outros casos tributários da GERDAU há 15 anos.

O segundo deles o escritório AMADOR OUTERELO FERNANDEZ, composto pelo ex-Presidente do Conselho de Contribuintes, advogado renomado na área tributária e com larga experiência e atuação no CARF. O advogado AMADOR OUTERELO era a parte visível do esquema, pois fazia a defesa técnica da GERDAU no CARF e assinava todas as petições correspondentes, além de fazer sustentação oral e despachar com os Conselheiros.

Por último, PLANEJA/ALFA. Na versão da defesa, caberia à PLANEJA/ALFA fazer o “trabalho estratégico, como busca de informações quanto à

jurisprudência das câmaras do CARF e contrainformação na mídia para os casos de maior repercussão social”.

O Diretor Jurídico da GERDAU, EXPEDITO LUZ, por sua vez, afirmou que as empresas de consultoria PLANEJA/ALFA foram indicadas “*por um ex-funcionário cujo nome não lembra*” e que “*na contratação do PLANEJA/ALFA já foi outorgada procuração do GRUPO GERDAU para os advogados indicados pelo escritório, no caso os advogados do escritório LIMOEIRO & PADOVANADVOGADOS ASSOCIADOS*” (fls. 521-524).

RAUL FERNANDO SCHNEIDER, contador responsável pela área de tributos do Grupo Gerdau, teve seus esclarecimentos formalizados às fls. 496-500. Disse que o ex-funcionário do grupo que os indicou chama-se “**RUDILVAN**”, **mas que não sabe dizer o sobrenome**. Aduziu que o contato foi feito somente com SÍLVIO ROMÃO e EZIQUIEL CAVALLARI.

RAUL SCHNEIDER disse que ambos foram contratados para escrever artigos sobre o tema, pesquisar jurisprudência e participar de seminários e fóruns e discussões.

No entanto, EZIQUIEL CAVALLARI dá outra explicação, ao dizer que foram contratados para “*assessorá-la na formação de opinião de mérito, ouvindo e manifestando sobre as diversas opiniões existentes no mercado*”.

RAUL SCHNEIDER reconhece que nunca soube qual foi a atuação do escritório LIMOEIRO & PADOVAN. Diz que os advogados da LIMOEIRO & PADOVAN foram indicados pelos sócios da ALFA/ATENAS.

BRUNO PADOVAN, por sua vez, esclarece que só trabalhava para a ALFA/ATENAS a pedido de JOSÉ RICARDO DA SILVA.

Não se pode deixar de observar que, como restou comprovado, as empresas de consultoria ALFA e PLANEJA atuavam especificamente na área de captação de clientes para outros escritórios, dentre eles a SGR, recebendo comissões pelo êxito obtido nas ações.

Neste sentido os esclarecimentos prestados por JOÃO BATISTA GRUGINSKI (fl. 54):

“QUE conhece EZIQUIEL ANTONIO CAVALLARI e SILVIO GUATURA ROMÃO, sócios das empresas ALFA ATENAS ASSESSORIA EMPRESARIAL e PLANEJA ASSESSORIA EMPRESARIAL; QUE os dois são captadores de clientes em São Paulo e que recebem pelo êxito conseguido nas ações; QUE pelo que se recorda a SGR não ganhou nenhum dos processos captados por EZIQUIEL e SÍLVIO; QUE os dois captadores não eram exclusivos da SGR, mas que captavam clientes continuamente para a empresa; QUE tem conhecimento que, mesmo depois de sua saída da empresa os dois continuaram com os serviços de captação de clientes.”

Em declaração mais recente (VOLUME II, fl. 271), JOÃO BATISTA GRUGINSKI disse que:

“as empresas PLANEJA e ALFA são duas empresas paulistas que tem uma habilidade em captar processos de empresas que sofreram autuação fiscal, mas que não tem a capacidade e aptidão para preparar corretamente as defesas fiscais. Assim estas duas empresas repassavam os clientes a outras empresas e à SGR também para que preparassem e fizessem as defesas, trabalhando em parceria e repartindo os honorários ao final”

O fato de as empresas PLANEJA e ALFA serem meras intermediárias, composta por duas pessoas absolutamente desqualificadas para efetivos serviços, sem as mínimas condições de atuar ostensivamente era perceptível por qualquer pessoa alfabetizada, o que dirá de dois experientes e preparados empregados

de 1º escalão de uma das maiores siderúrgicas do mundo, devidamente orientados pelo Diretor Jurídico, autoridade máxima em conhecimentos jurídicos, de absoluta confiança da Presidência e plenamente ciente dos valores envolvidos e da importância que a questão tinha para a empresa.

Afinal, tratava-se de questão que envolvia o pagamento de R\$ 3 bilhões de reais em tributos e envolveu, diretamente, o Diretor Jurídico EXPEDITO LUZ, o Consultor Jurídico MARCO BIONDO e o responsável pela área de tributos na contabilidade do grupo, RAUL SCHNEIDER.

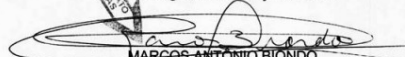
A questão era tão importante para a GERDAU que foi tratada somente pelos empregados de primeiro escalão, sem que ninguém inexperiente soubesse dos termos da contratação.

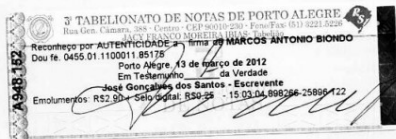
Além dos contratos, a GERDAU, no dia 13/03/2012, por meio de seu Presidente André Bier Gerdau Jonhannpeter e pelo Diretor Jurídico EXPEDITO LUZ, concederam autorização expressa para os réus RAUL SCHNEIDER e MARCO BIONDO outorgarem procuração a AMADOR OUTERELO FERNANDEZ, Fábio Rezende Cavallari, Albert Limoeiro, BRUNO DOS SANTOS PADOVAN e André Davis Almeida:

SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente instrumento particular, **MARCOS ANTÔNIO BIONDO**, brasileiro, casado, advogado, portador da OAB/RS nº 23.254, substabelece, com reserva e resguardados os poderes substabelecidos aos bacharéis **ALTEMO GOMES DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, advogado, OAB-RS sob nº 8.090, OAB-SP 86.272-A, inscrito no CPF/MF sob o nº 003.563.959-87, e **CLÁUDIO MERTEN**, brasileiro, casado, advogado, OAB-RS 15.647, OAB-PR 16.277-A, OAB-SP 86.366-A, inscrito no CPF/MF sob o nº 385.839.920-53, únicos sócios da **ALTEMO ADOGADOS ASSOCIADOS**, sociedade civil, inscrita no CNPJ sob nº 90.988.908/0001-48, e registrada na OAB-RS sob nº 75, em 04.08.86, com sede na Rua Uruguai nº 240, 14º andar, Porto Alegre-RS, e ao bacharel **AMADOR OLIVEIRA FERNANDEZ**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/DF sob o nº 7.100 e no CPF sob o nº 128.935.527-49, com escritório profissional em Brasília, DF, na SCS, Quadra 07, Bloco "A", Conjunto 1410/12; nas pessoas dos profissionais **FABIO REZENDE CAVALLAR**, brasileiro, inscrito na OAB/SP sob nº 253.860, com escritório profissional na Rua Augusta nº 2529, CEP 01413-100, São Paulo - SP; **ALBERTO LIMOIEIRO**, brasileiro, inscrito na OAB/DF sob o nº 21.718, **BRUNO DOS SANTOS PADOVAN**, brasileiro, inscrito na OAB/DF sob o nº. 28.460 e **ANDRÉ DAVIS ALMEIDA**, brasileiro, inscrito na OAB/DF sob o nº 25.373, todos com escritório profissional em Brasília/DF, no SRTVS, quadra 701, Bloco I, salas 614 e 616, todos os poderes que recebeu de **GERDAU AÇOMINAS S.A.** com sede na Rodovia 443, Km 07, Fazenda do Cadete, Ouro Branco, MG, CNPJ sob o nº 17.227.422/0001-05, para representar a Outorgante na esfera administrativa federal, especialmente perante quaisquer órgãos da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, especialmente no Processo nº 10680.724392/2010-28, podendo os outorgados agir em conjunto ou separadamente, podendo requisitar cópias, obter certidões e tudo o mais necessário para o cumprimento deste mandato.

Porto Alegre, 13 de março de 2012.



MARCOS ANTÔNIO BIONDO
OAB/RS nº 23.254



SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente instrumento particular, MARCOS ANTÔNIO BIONDO, brasileiro, casado, advogado, portador da OAB/RS nº 23.254, substabelece, com reserva e resguardados os poderes substabelecidos aos bacharéis ALTEMO GOMES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, advogado, OAB-RS sob nº 8.090, OAB-SP 86.272-A, inscrito no CPF/MF sob o nº 003.563.959-57, e CLÁUDIO MERTEN, brasileiro, casado, advogado, OAB-RS 15.647, OAB-PR 16.277-A, OAB-SP 86.366-A, inscrito no CPF/MF sob o nº 385.839.920-53, únicos sócios da ALTEMO ADVOGADOS ASSOCIADOS, sociedade civil, inscrita no CNPJ sob nº 90.988.908/0001-48, e registrada na OAB-RS sob nº 75, em 04.08.86, com sede na Rua Uruguai nº 240, 14º andar, Porto Alegre-RS, e ao bacharel AMADOR OUTERELO FERNANDEZ, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/DF sob o nº 7.100 e no CPF sob o nº 128.935.527-49, com escritório profissional em Brasília, DF, na SCS, Quadra 07, Bloco "A", Conjunto 1410/12; nas pessoas dos profissionais FABIO REZENDE CAVALLAR, brasileiro, inscrito na OAB/SP sob nº 253.890, com escritório profissional na Rua Augusta nº 2529, CEP 01413-100, São Paulo - SP; ALBERTO LIMOIRO, brasileiro, inscrito na OAB/DF sob o nº 21.718, BRUNO DOS SANTOS PADOVAN, brasileiro, inscrito na OAB/DF sob o nº. 28.460 e ANDRÉ DAVIS ALMEIDA, brasileiro, inscrito na OAB/DF sob o nº 25.373, todos com escritório profissional em Brasília/DF, no SRTVS, quadra 701, Bloco I, salas 614 e 616, todos os poderes que recebeu de GERDAU AÇOS LONGOS S.A., com sede no Rio de Janeiro, RJ, na Av. João XXIII, 6.777, parte, inscrita no CNPJ sob o nº 07.358.761/0001-69, para representar a Outorgante na esfera administrativa federal, especialmente perante quaisquer órgãos da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, especialmente no Processo nº 10682.720.271/2011-54, podendo os outorgados agirem, em conjunto ou separadamente, podendo requisitar cópias, obter certidões e tudo o mais necessário para o cumprimento deste mandato.

Porto Alegre, 13 de março de 2012.

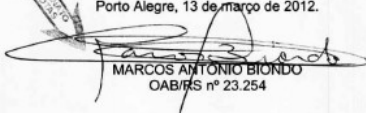

MARCOS ANTÔNIO BIONDO
OAB/RS nº 23.254



SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente instrumento particular, **MARCOS ANTÔNIO BIONDO**, brasileiro, casado, advogado, portador da OAB/RS nº 23.254, substabelece, com reserva e resguardados os poderes substabelecidos aos bacharéis **ALTEMO GOMES DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, advogado, OAB-RS sob nº 8.090, OAB-SP 86.272-A, inscrito no CPF/MF sob o nº 003.563.959-87, e **CLÁUDIO MERTEN**, brasileiro, casado, advogado, OAB-RS 15.647, OAB-PR 16.277-A, OAB-SP 86.366-A, inscrito no CPF/MF sob o nº 385.839.920-53, únicos sócios da **ALTEMO ADVOGADOS ASSOCIADOS**, sociedade civil, inscrita no CNPJ sob nº 90.988.908/0001-48, e registrada na OAB-RS sob nº 75, em 04.08.86, com sede na Rua Uruguai nº 240, 14º andar, Porto Alegre-RS, e ao bacharel **AMADOR OUTERELO FERNANDEZ**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/DF sob o nº 7.100 e no CPF sob o nº 128.935.527-49, com escritório profissional em Brasília, DF, na SCS, Quadra 07, Bloco "A", Conjunto 1410/12; nas pessoas dos profissionais **FABIO REZENDE CAVALLAR**, brasileiro, inscrito na OAB/SP sob nº 253.860, com escritório profissional na Rua Augusta nº 2529, CEP 01413-100, São Paulo - SP; **ALBERTO LIMOEIRO**, brasileiro, inscrito na OAB/DF sob o nº 21.716; **BRUNO DOS SANTOS PADOVAN**, brasileiro, inscrito na OAB/DF sob o nº 28.460 e **ANDRE DAVIS ALMEIDA**, brasileiro, inscrito na OAB/DF sob o nº 25.373, todos com escritório profissional em Brasília/DF, no SRTVS, quadra 701, Bloco I, salas 614 e 616, todos os poderes que recebeu de **GERDAU AÇOS ESPECIAIS S.A** com sede em Porto Alegre, RS, na Av. Farrapos, nº 1811, parte, inscrita no CNPJ sob o nº 07.359.641/0001-86, para representar a Outorgante na esfera administrativa federal, especialmente perante quaisquer órgãos da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, especialmente no Processo nº 11080.723701/2010-74, podendo os outorgados agirem, em conjunto ou separadamente, podendo requisitar cópias, obter certidões e tudo o mais necessário para o cumprimento deste mandato.

Porto Alegre, 13 de março de 2012.


MARCOS ANTÔNIO BIONDO
OAB/RS nº 23.254



A prova que elimina qualquer dúvida quanto à culpabilidade dos réus é a busca e apreensão efetuada na sede do escritório da SGR CONSULTORIA EMPRESARIAL em Brasília, empresa de JOSÉ RICARDO DA SILVA, com endereço à SHIS QI 15, CONJUNTO 08, CASA 05, LAGO SUL, BRASÍLIA/DF.

A diligência logrou localizar um contrato, assinado em 07/09/2013, em que a ALFA ATENAS/PLANEJA subcontrata o escritório de advocacia LIMOEIRO & PADOVAN ADVOGADOS ASSOCIADOS para prestar serviços para a GERDAU (RE 0015/2016, fls. 152-158).

Dados da documentação apreendida:

Equipe nº	DF-07
Local da busca:	SGR
Item do Auto de Apreensão	32

INSTRUMENTO CONTRATUAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TRIBUTÁRIA

CONTRATANTES: PLANEJA ASSESSORIA EMPRESARIAL, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.505.599/0001-90, com escritório na Rua Augusta, n.º 2.529, conjunto 31, Bairro Cerqueira César, São Paulo, SP, e ALFA ATENAS ASSESSORIA EMPRESARIAL, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.486.417/0001-80, com escritório na Alameda dos Arapanês, n.º 881, conjunto 101, Bairro Moema, São Paulo, SP, ambas representadas neste ato na forma de seus contratos sociais;

CONTRATADA: LIMOEIRO & PADOVAN ADVOGADOS, sociedade de advogados, inscrita no CNPJ/MF sob o nº12.596.687/001-59, com escritório no SRTVS, Quadra 701, Bloco 1, Salas 614 e 616, Centro Empresarial Assis Chateaubriand, Brasília/DF, neste ato por seu representante legal.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

I - Cinco empresas do **GRUPO GERDAU** (identificadas adiante) sofreram Autos de Infração lavrados por Fiscais da Receita Federal do Brasil (RFB), dos quais decorreram a constituição de Créditos Tributários exigidos de tais empresas, que foram por elas contestados administrativamente, gerando, assim, 7 (sete) processos no âmbito do Contencioso Administrativo Fiscal, processos esses que tramitam no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), onde aguardam decisão final administrativa sobre a procedência ou improcedência das Autuações Fiscais.

II - Referidos 7 (sete) processos administrativos em curso no CARF encontram-se, na presente data, nas situações adiante apontadas e estão assim identificados:

- 3 (três) processos administrativos, os de nºs 10680.724392/2010-28, 11080.723702/2010-19 e 11080.723701/2010-74, de interesse, respectivamente, das empresas GERDAU AÇOMINAS S/A (CNPJ-17.227.422/0001-05), GERDAU COMERCIAL

DE AÇOS S/A (CNPJ-07.369.685/0001-97) e GERDAU AÇOS ESPECIAIS S/A (CNPJ-07.359.641/0001-86), encontram-se na Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF), onde aguardam apreciação e julgamento de Recurso Especial interposto pela Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN) nesses três processos;

- 1 (um) processo administrativo, o de nº 16682.720271/2011-54, de interesse da empresa GERDAU AÇOS LONGOS S/A (CNPJ-07.358.761/0001-69), encontra-se na 1ª Turma da 3ª Câmara da 1ª Seção de Julgamento do CARF, onde aguarda apreciação e julgamento de Recurso Voluntário interposto pela empresa interessada;

- 1 (um) processo administrativo, o de nº 16643.000276/2010-42, de interesse da empresa GERDAU INTERNACIONAL EMPREENDIMENTOS LTDA. (CNPJ-87.040.598/0001-20), aguarda exame de admissibilidade de Recurso Especial interposto pela Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN) a ser apreciado e julgado pela Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF);

- 1 (um) processo administrativo, o de nº 16561.720014/2011-99, de interesse da empresa GERDAU INTERNACIONAL EMPREENDIMENTOS LTDA. (CNPJ-87.040.598/0001-20), encontra-se na 2ª Turma da 4ª Câmara da 1ª Seção de Julgamento do CARF, onde aguarda apreciação e julgamento de Recurso Voluntário interposto pela empresa interessada; e

- 1 (um) processo administrativo, o de nº 11080.732740/2011-43, de interesse da empresa GERDAU AÇOS ESPECIAIS S/A (CNPJ-07.359.641/0001-86), encontra-se na 3ª Turma da 1ª Câmara da 1ª Seção de Julgamento do CARF. Este processo foi sobrestado. Entenderam os Conselheiros da Turma Julgadora que a matéria discutida neste processo está submetida pelo Supremo Tribunal Federal ao regime de "repercussão geral". Portanto, pendente de julgamento o Recurso Voluntário interposto pela empresa interessada.

III - As empresas PLANEJA e ALFA ATENAS, por conta e ordem das empresas GERDAU AÇOMINAS S/A (CNPJ-17.227.422/0001-05), GERDAU COMERCIAL DE AÇOS S/A (CNPJ-07.369.685/0001-97), GERDAU AÇOS ESPECIAIS S/A (CNPJ-07.359.641/0001-86), GERDAU AÇOS LONGOS S/A (CNPJ-07.358.761/0001-69) e GERDAU INTERNACIONAL EMPREENDIMENTOS LTDA. (CNPJ-87.040.598/0001-20), estão autorizadas, em conjunto, a contratar Escritório especializado em consultoria e

assessoramento na tramitação de questões no âmbito do Contencioso Administrativo Tributário, no sentido de orientar na condução dos processos administrativos mencionados, na defesa das empresas interessadas, buscando seja reconhecido o direito por estas pleiteado.

Assim, por este instrumento particular e de acordo com as disposições legais pátrias, **CONTRATANTES** e **CONTRATADA**, com a devida autorização das **autuadas**, por seus representantes abaixo assinados, celebram o presente contrato de prestação de serviços conforme o disposto nas cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO

1.1 A **CONTRATADA** prestará serviços profissionais de assessoria e consultoria às **CONTRATANTES** e às **autuadas** no âmbito da Administração Tributária Federal, consideradas todas as instâncias administrativas, até o trânsito em julgado administrativo, objetivando a desconstituição dos créditos tributários constantes dos processos administrativos de nºs 10680.724392/2010-28, 11080.723702/2010-19, 11080.723701/2010-74, 16682.720271/2011-54, 16643.000276/2010-42, 16561.720014/2011-99 e 11080.732740/2011-43.

1.2 São atribuições da **CONTRATADA**, no curso dos processos administrativos referidos no item 1.1, o acompanhamento, o assessoramento e a orientação às **CONTRATANTES** e às **autuadas**, bem como aos profissionais representantes destas no âmbito da Administração Tributária, para:

a) que sejam adotadas todas as medidas legais cabíveis e necessárias à defesa dos interesses das **autuadas**, no sentido do convencimento dos seus direitos;

b) coordenar a implementação de ações e/ou intervenções no curso dos processos para que sejam levadas a efeito as melhores estratégias processuais e argumentações técnico-jurídicas, até o trânsito em julgado na esfera administrativa, sempre no

sentido de demonstrar o direito das autuadas, objetivando obter decisões que lhes sejam favoráveis e em de acordo com o Direito posto.

CLÁUSULA SEGUNDA – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 A CONTRATADA desempenhará suas funções dentro da mais estrita legalidade e em obediência às formas prescritas em Lei.

2.2 As CONTRATANTES poderão supervisionar e fiscalizar os serviços prestados pela CONTRATADA, que deverá prestar contas dos andamentos dos trabalhos através de relatórios e reuniões, sempre que solicitados pelas CONTRATANTES.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

3.1 A CONTRATADA obriga-se a, sob sua exclusiva responsabilidade, dentro da melhor técnica, diligência e zelo, prestar às CONTRATANTES e às autuadas os serviços que constam da Cláusula Primeira e ainda, prestar toda e qualquer informação que se refira ao objeto deste Contrato, sempre que assim solicitado por estas.

3.2 As CONTRATANTES, por conta e ordem das autuadas, obrigam-se a pagar à CONTRATADA a remuneração que a esta couber, conforme definida na Cláusula Quarta do presente contrato, bem como a fornecer documentos e informações necessários ao cumprimento do objeto contratual, em especial procurações e cópias de documentos.

3.3 CONTRATANTES e CONTRATADA obrigam-se a manter absoluto sigilo acerca de informações recebidas umas das outras em decorrência da execução do presente contrato, respondendo por eventuais prejuízos causados em decorrência da divulgação destes dados por seus prepostos ou empregados.

CLÁUSULA QUARTA – REMUNERAÇÃO PELOS SERVIÇOS.

4.1 O valor do presente contrato é de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) que serão pagos pelas autuadas sob a condição “*ad exitum*”,

4.2 PLANEJA e ALFA ATENAS, ora CONTRATANTES, por conta e ordem das autuadas, farão jus a honorários de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), na proporção de 50% para cada uma delas.

4.3 Pelos serviços pactuados na Cláusula Primeira, a CONTRATADA fará jus a honorários de R\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões), os quais serão pagos pelas autuadas à CONTRATADA e/ou a quem está indicar, exclusivamente, mediante solicitação das CONTRATANTES.

4.4 Os honorários de êxito serão pagos pelas autuadas da seguinte forma e nos seguintes montantes:

4.5 Quando da decisão administrativa favorável às autuadas, transitada em julgado, nos processos administrativos de nºs 10680.724392/2010-28, 11080.723702/2010-19, 11080.723701/2010-74, 16682.720271/2011-54, as autuadas pagarão o valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), sendo:

a) R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) à PLANEJA e à ALFA ATENAS, na proporção de 50% para cada uma delas; e

b) R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) à CONTRATADA, e/ou a quem esta indicar;

c) os valores das letras “a” e “b” serão devidos e pagos após o trânsito em julgado dos 4 (quatro) processos administrativos identificados no item 4.5.

4.6 Quando da decisão administrativa favorável às autuadas, transitada em julgado, nos processos administrativos de nºs 16643.000276/2010-42, 16561.720014/2011-99 e 11080.732740/2011-43, as autuadas pagarão o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), sendo:

- a) R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) à PLANEJA e à ALFA ATENAS, na proporção de 50% para cada uma delas; e
- b) R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) à CONTRATADA, e/ou a quem esta indicar;
- c) os valores das letras "a" e "b" serão devidos e pagos após o trânsito em julgado dos 3 (três) processos administrativos identificados no item 4.6.

4.7 Os honorários deverão ser pagos em parcela única, em até 15 (quinze) dias após a apresentação das notas fiscais de prestação de serviços, acompanhadas de prova documental inequívoca do trânsito em julgado dos processos definidos nas itens 4.5 e 4.6, respectivamente, de todas as decisões que vierem a eximir as autuadas das exigências fiscais representadas nos processos referidos.

4.8 Caso o pagamento dos honorários não seja feito na data aprazada, haverá incidência de multa de mora de 2% (dois por cento) do valor devido, mais juros calculados pela taxa Selic.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO E RESCISÃO DO CONTRATO.

5.1 O presente Contrato está ajustado pelo prazo que for necessário para execução dos serviços ora contratados.

5.2 O presente Contrato é ajustado em caráter irrevogável e irretratável, sendo, porém, resilível por justa causa diante de expresso e incontroverso descumprimento de qualquer das cláusulas deste instrumento, desde que antes disso tenha sido

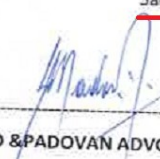
concedido ao infrator o prazo mínimo de 30 (trinta) dias para o suprimento da violação.

CLÁUSULA SEXTA – ELEIÇÃO DE FORO

6.1 Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo para dirimição de dúvidas e/ou controvérsias que eventualmente decorram deste contrato e que não possam ser amigavelmente solvidas pelas partes, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam a presente em 3 (tres) vias, de igual teor e conteúdo e para os mesmos fins legais, na presença de duas testemunhas, que abaixo também assinam.

São Paulo, 7 de setembro de 2013.



PLANEJA ASSESSORIA EMPRESARIAL

ALFA ATENAS ASSESSORIA EMPRESARIAL

Testemunhas:

1. _____
Nome:
RG:
CPF:

2. _____
Nome:
RG:
CPF:

Ora, basta indagar o motivo pelo qual o contrato acima transcrito estava na sede da SGR, empresa de JOSÉ RICARDO DA SILVA. O simples fato de ter sido encontrado em poder de JOSÉ RICARDO DA SILVA comprova, por si só, a conexão existente com BRUNO PADOVAN, DORIVAL PADOVAN, EZIQUIEL CAVALLARI e SÍLVIO ROMÃO.

Mas há vasto conjunto probatório adicional que aponta para a ligação existente entre os comparsas de JOSÉ RICARDO DA SILVA.

BRUNO PADOVAN admite que no ano de 2012 SILVIO GUATURA ROMÃO e EZEQUIEL ANTÔNIO CAVALLARI entraram em contato aduzindo que tinham autorização do grupo GERDAU para contratar advogado para prestação de serviços em alguns processos específicos junto ao CARF.

O pai de BRUNO, DORIVAL PADOVAN, foi o responsável por fazer os contatos com SILVIO e EZEQUIEL. Segundo a versão de BRUNO PADOVAN, o escritório formalizou uma proposta de honorários juntamente com a minuta de contrato.

No entanto, a minuta de contrato é idêntica à celebrada com a ADVOCACIA MUZZI, o que permite inferir que os termos do contrato partiram da ALFA/PLANEJA, não do escritório LIMOEIRO e PADOVAN.

BRUNO PADOVAN declara que após o envio do contrato, a ALFA/PLANEJA não devolveu a minuta nem fez outros contatos sobre qualquer assunto. O réu confirma que o seu escritório não chegou a atuar efetivamente em nenhum processo do grupo GERDAU perante o CARF, que nunca representou o grupo GERDAU em qualquer instância ou tribunal judicial ou administrativo.

De acordo com o depoimento, foi JOSÉ RICARDO DA SILVA quem apresentou os advogados (sic) SILVIO e EZEQUIEL ao seu pai, mas que o contrato com vistas a atuar em processos do grupo GERDAU nunca chegou a ser efetivado. BRUNO PADOVAN afirma que não sabia que havia uma procuração a ele outorgada por MARCOS ANTONIO BIONDO.

Afirma também que JOSÉ RICARDO depositou R\$ 25.000,00 na sua conta, supostamente para pagamento de sustentações orais feitas em outros processos, mas que não sabia que esse pagamento tinha sido efetuado pela empresa PLANEJA. Embora BRUNO PADOVAN afirme que não foi contratado para trabalhar nos processos da GERDAU, fato é que a documentação apreendida confirma a contratação. O contrato apreendido no escritório da SGR CONSULTORIA

EMPRESARIAL é assinado tanto por representantes da contratante quanto da contratada, inclusive com rubricas em todas as páginas.

DORIVAL PADOVAN também foi taxado por JOSÉ RICARDO, em e-mail, como “*advogado da GERDAU*”.

Conclui-se, portanto, que a atuação de BRUNO e DORIVAL PADOVAN foram essenciais para operacionalizar a corrupção, dissimulando a contratação de conselheiro do CARF e ocultando transações financeiras entre as partes.

Corroborar tal conclusão o depoimento prestado por EDSON PEREIRA RODRIGUES à autoridade policial, no qual afirma que SILVIO GUATURA ROMÃO e EZIQUIEL CAVALLARI eram parceiros da empresa SGR CONSULTORIA EMPRESARIAL e que as empresas PLANEJA ASSESSORIA EMPRESARIAL e ALFA ATENAS ASSESSORIA EMPRESARIAL captavam clientes para a SGR.

Além disso, há dezenas de e-mails enviados pelas secretárias do escritório JR SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS a JOSÉ RICARDO DA SILVA, nos quais constam relatórios diários de ligações telefônicas. Dessas mensagens eletrônicas, se verifica que SÍLVIO ROMÃO e EZIQUIEL CAVALLARI foram acionados 60 (sessenta) e 77 (setenta e sete) vezes, respectivamente, entre agosto de 2012 e fevereiro de 2014. A tabela a seguir apresenta os contatos entre eles, elaborada com base em arquivos que foram encontrados no computador da SGR:

DATA	INTERLOCUTOR	DATA	INTERLOCUTOR	DATA	INTERLOCUTOR	DATA	INTERLOCUTOR
20/08/2012	Silvio Romão	06/12/2012	Eziquiel Cavallari	11/03/2013	Silvio Romão	28/06/2013	Eziquiel Cavallari
27/08/2012	Eziquiel Cavallari	10/12/2012	Eziquiel Cavallari	13/03/2013	Eziquiel Cavallari	01/07/2013	Eziquiel Cavallari
27/08/2012	Silvio Romão	11/12/2012	Eziquiel Cavallari	14/03/2013	Eziquiel Cavallari	03/07/2013	Silvio Romão
30/08/2012	Silvio Romão	11/12/2012	Silvio Romão	18/03/2013	Eziquiel Cavallari	03/07/2013	Eziquiel Cavallari
31/08/2012	Silvio Romão	12/12/2012	Silvio Romão	21/03/2013	Eziquiel Cavallari	04/07/2013	Eziquiel Cavallari
04/09/2012	Silvio Romão	13/12/2012	Silvio Romão	22/03/2013	Silvio Romão	10/07/2013	Silvio Romão
04/09/2012	Eziquiel Cavallari	17/12/2012	Eziquiel Cavallari	22/03/2013	Eziquiel Cavallari	25/07/2013	Silvio Romão
05/09/2012	Silvio Romão	18/12/2012	Eziquiel Cavallari	25/03/2013	Silvio Romão	29/07/2013	Eziquiel Cavallari
11/09/2012	Silvio Romão	19/12/2012	Silvio Romão	25/03/2013	Eziquiel Cavallari	31/07/2013	Eziquiel Cavallari
13/09/2012	Eziquiel Cavallari	20/12/2012	Silvio Romão	26/03/2013	Silvio Romão	20/08/2013	Eziquiel Cavallari
14/09/2012	Silvio Romão	02/01/2013	Silvio Romão	01/04/2013	Silvio Romão	20/08/2013	Silvio Romão
17/09/2012	Eziquiel Cavallari	07/01/2013	Silvio Romão	02/04/2013	Silvio Romão	02/09/2013	Silvio Romão

17/09/2012	Silvio Romão	07/01/2013	Eziquiel Cavallari	12/04/2013	Eziquiel Cavallari	02/09/2013	Eziquiel Cavallari
27/09/2012	Eziquiel Cavallari	08/01/2013	Silvio Romão	15/04/2013	Silvio Romão	03/09/2013	Eziquiel Cavallari
28/09/2012	Silvio Romão	10/01/2013	Silvio Romão	29/04/2013	Silvio Romão	21/10/2013	Silvio Romão
01/10/2012	Eziquiel Cavallari	14/01/2013	Silvio Romão	02/05/2013	Eziquiel Cavallari	22/10/2013	Eziquiel Cavallari
03/10/2012	Silvio Romão	16/01/2013	Silvio Romão	06/05/2013	Eziquiel Cavallari	23/10/2013	Silvio Romão
05/10/2012	Silvio Romão	16/01/2013	Eziquiel Cavallari	06/05/2013	Silvio Romão	25/10/2013	Eziquiel Cavallari
05/10/2012	Eziquiel Cavallari	17/01/2013	Silvio Romão	10/05/2013	Eziquiel Cavallari	11/11/2013	Eziquiel Cavallari
08/10/2012	Eziquiel Cavallari	17/01/2013	Eziquiel Cavallari	13/05/2013	Eziquiel Cavallari	25/11/2013	Eziquiel Cavallari
09/10/2012	Eziquiel Cavallari	21/01/2013	Eziquiel Cavallari	17/05/2013	Eziquiel Cavallari	26/11/2013	Silvio Romão
10/10/2012	Eziquiel Cavallari	23/01/2013	Eziquiel Cavallari	21/05/2013	Eziquiel Cavallari	06/12/2013	Silvio Romão
11/10/2012	Eziquiel Cavallari	30/01/2013	Eziquiel Cavallari	23/05/2013	Eziquiel Cavallari	16/12/2013	Eziquiel Cavallari
11/10/2012	Silvio Romão	05/02/2013	Eziquiel Cavallari	27/05/2013	Eziquiel Cavallari	17/12/2013	Eziquiel Cavallari
15/10/2012	Eziquiel Cavallari	05/02/2013	Silvio Romão	27/05/2013	Silvio Romão	17/12/2013	Silvio Romão
15/10/2012	Silvio Romão	06/02/2013	Silvio Romão	03/06/2013	Silvio Romão	13/01/2014	Eziquiel Cavallari
16/10/2012	Silvio Romão	08/02/2013	Eziquiel Cavallari	03/06/2013	Eziquiel Cavallari	14/01/2014	Eziquiel Cavallari
18/10/2012	Eziquiel Cavallari	08/02/2013	Silvio Romão	10/06/2013	Eziquiel Cavallari	20/01/2014	Eziquiel Cavallari
19/10/2012	Eziquiel Cavallari	13/02/2013	Eziquiel Cavallari	10/06/2013	Silvio Romão	18/02/2014	Silvio Romão
22/10/2012	Silvio Romão	14/02/2013	Silvio Romão	11/06/2013	Eziquiel Cavallari	20/02/2014	Eziquiel Cavallari
25/10/2012	Eziquiel Cavallari	18/02/2013	Eziquiel Cavallari	12/06/2013	Silvio Romão	21/02/2014	Silvio Romão
26/10/2012	Eziquiel Cavallari	27/02/2013	Silvio Romão	12/06/2013	Eziquiel Cavallari	26/02/2014	Eziquiel Cavallari
26/10/2012	Silvio Romão	06/03/2013	Eziquiel Cavallari	18/06/2013	Eziquiel Cavallari		
29/10/2012	Eziquiel Cavallari	07/03/2013	Silvio Romão	24/06/2013	Eziquiel Cavallari		
05/12/2012	Eziquiel Cavallari	11/03/2013	Eziquiel Cavallari	25/06/2013	Eziquiel Cavallari		

A ligação de JOSÉ RICARDO com o Grupo GERDAU foi ocultada pela contratação do escritório LIMOEIRO & PADOVAN. A ligação foi demonstrada por um “*e-mail*” encaminhado pelo próprio BRUNO PADOVAN, no dia 26/07/2012.

No mesmo dia 26/07/2012, o “*e-mail*” abordado no parágrafo anterior foi encaminhado por JOSÉ RICARDO DA SILVA a ALFA ATENAS e EZIQUIEL CAVALLARI. No texto há a indicação de que haveria em conversa futura sobre o assunto.

Assunto: Fwd: Processos
De: Jose Ricardo da Silva <silva.jr@brturbo.com.br>
Data: 26/07/2012 12:47
Para: alfa.atenas@terra.com.br, Ezequiel Cavallari <planeja@planejanet.com.br>

Segue anexo para conversarmos.

----- Mensagem encaminhada -----
De: <bruno@limoeiroepadovan.com.br>
Data: 26 de julho de 2012 12:45
Assunto: Processos
Para: silva.jr@brturbo.com.br

Boa tarde Zé!

Segue em anexo o arquivo!

Confirma o recebimento do e-mail por favor.

Abraços

O anexo do “e-mail” tratava-se de uma planilha contendo os 76 processos do Grupo GERDAU no CARF, contendo inclusive a situação processual de cada um. JOSÉ RICARDO DA SILVA monitorava todos os processos da GERDAU no CARF, pois, uma vez que o cliente já tinha sido captado, via ali mais potencial para se locupletar.

Vale dizer que, embora o contrato possua a data de 07/09/2013, as procurações outorgadas por MARCOS ANTÔNIO BIONDO aos sócios da LIMOEIRO & PADOVAN ADVOGADOS ASSOCIADOS (ALBERTO LIMOEIRO, BRUNO DOS SANTOS PADOVAN e ANDRÉ DAVIS DE ALMEIDA) foram assinadas em 13/03/2012, data anterior ao contrato.

Na subcontratação do escritório LIMOEIRO & PADOVAN ADVOGADOS ASSOCIADOS, foi estabelecida a remuneração por sucesso de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), a serem pagos na forma abaixo:

*“No trânsito em julgado em favor da **GERDAU** nos contenciosos relativos aos **ágios** (processos nº 10680.724392/2010-28,*

11080.723702/2019-19, 11080.723701/2010-74 e 16682.720271/2011-54), caberá receber **R\$ 20.000.000,00** (vinte milhões) que serão distribuídos em duas parcelas de **R\$ 18.000.000,00** (dezoito milhões) e **R\$ 2.000.000,00** (dois milhões de reais) respectivamente a **LIMOEIRO & PADOVAN** e a **ALFA ATENAS/PLANEJA**. O resultado desejado nos processos relativos ao **Lucro Gerado no Exterior** (16643.000276/2010-42, 16561.720014/2011-99 e 11080.732740/2011-43) prevê-se **R\$10.000.000,00** distribuídos **R\$ 9.000.000,00** (nove milhões de reais) para a **LIMOEIRO & PADOVAN** e **R\$ 1.000.000,00** (um milhão reais) à **ALFA ATENAS /PLANEJA**.”

A falta de lógica econômica é patente. Um escritório de consultoria contratado, supostamente por indicação de um ex-funcionário da GERDAU, jamais iria renunciar à milionária remuneração ajustada, de aproximadamente R\$ 30 milhões de reais, para contratar os serviços de uma banca de advocacia inexpressiva, que não fez qualquer tipo de trabalho jurídico ou até mesmo não jurídico.

A contratação do escritório LIMOEIRO e PADOVAN era apenas uma estratégia jurídica para esconder os verdadeiros beneficiários do contrato.

MARCO ANTÔNIO BIONDO, RAUL SCHNEIDER e EXPEDITO LUZ sabiam que a ALFA e a PLANEJA eram meras intermediárias com os Conselheiros, pois sabiam que as empresas iam ficar com apenas dez por cento do butim.

EZIQUEL CAVALLARI é economista, sem qualquer trabalho relevante conhecido na condição de consultor. Se não possui nenhuma experiência como consultor, o que dirá na área tributária, uma vez que não foi encontrado nenhum artigo seu sobre o tema, função que, segundo RAUL SCHEINDER, ele iria desenvolver para a GERDAU.

A seu turno, SÍLVIO ROMÃO é médico, conforme pesquisa no sítio eletrônico do Conselho Regional de Medicina de São Paulo.

Ora, uma empresa do porte da GERDAU, com quatro processos administrativos que superam a soma de R\$ 4 bilhões de reais, em valores atualizados, certamente não apostaria seu futuro econômico em dois profissionais sem nenhum reconhecimento no mercado.

Impende salientar que contratações milionárias como as que foram firmadas com a PLANEJA/ALFA não teriam sido realizadas sem a concordância do Diretor Jurídico da GERDAU, EXPEDITO LUZ. Como se tal bastasse, cópias dos contratos fraudulentos foram encontrados em sua residência, o que comprova que EXPEDITO LUZ tinha conhecimento dos fatos criminosos.

Veja abaixo o e-mail encaminhado por JOSÉ RICARDO DA SILVA, no qual encaminha o memorial para a GERDAU, por meio de EZIQUIEL e SÍLVIO, pois solicita que estes repassassem o material para MARCOS BIONDO que, por questões óbvias, não podia manter contato direto com o Conselheiro do CARF.

Assunto: Minuta de Memorial p/ juntada.
De: "Alfa Atenas" <alfa.atenas@terra.com.br>
Data: 19/09/2014 11:31
Para: "Marcos Antonio Biondo" <marcos.biondo@gerdau.com.br>

Prezados,

Segue o memorial em forma de minuta, há vários aspectos do Auto de Infração discutidos no processo.

Todavia, o Memorial que segue trata de aspecto 'bem' pontual, relativamente às técnicas e critérios jurídico-contábeis que implicam na determinação da base tributável dos tributos alvo do lançamento de ofício.

Pugna-se, enfim, pela inconsistência da apuração efetuada pela Autoridade Fazendária ao quantificar o crédito tributário, decorrente de inadequada técnica de aferição empregada para avaliação dos resultados das empresas controladas da Autuada sediadas no exterior.

Os argumentos trazidos à baila, já explorados noutro processo que está pouco mais adiante, estão calcados na legislação tributária e comercial (normas de natureza legal e infra-legal), e se apresentam como alternativa de provimento a ser aplicada no caso concreto, consideradas as situações fáticas específicas, vez que a matéria de fundo é, ainda, de repercussão de largo espectro.

Sugerimos seja levado em forma de Memorial. Sendo assim, o formato de texto que está sendo enviado se presta às adaptações do patrono da causa junto à Turma Julgadora, se necessárias.

De qualquer forma, o trabalho técnico não tem se restringido a esta tarefa. Tem-se travado intensos debates sobre a questão, na busca da melhor solução jurídica para o Tema.

Atenciosamente.

— Anexos: —

MEMORIAL.doc

52,0KB

Registre-se ainda a mensagem eletrônica enviada em 04/07/2012 por JOSÉ RICARDO DA SILVA a sua secretária para que esta entrasse em contato com os advogados da GERDAU, DORIVAL ou BRUNO (PADOVAN) para que estes enviassem um ARRAZOADO para que equipe que irá construir as “linhas de ação” possa discutir com os interessados a possibilidade de se pedir a conexão de dois processos (RE 0015/2016, fl. 207).

JOSÉ RICARDO DA SILVA, mesmo possuindo inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, não sabia que a conexão é um instituto processual aplicável a processos ainda não julgados, ou seja, não se verificaria em relação aos processos 11080.723702/2010-19, 11080.723701/2010-74 e 16682.720271/2011-54, julgados por ele na Câmara Baixa três meses antes, no dia 11/04/2012.

From Gegliane Bessa <gegliane@jrsilva.adv.br> ☆
Subject **RES: importante**
To 'Jose Ricardo da Silva' <silva.jr@brturbo.com.br> ☆

Gegliane Bessa Pinto
SHIS QL 14 Conjunto 09 Casa 18
71640-095 Brasília-DF
Tel. 61 3248 8100 Fax: 61 3248 8146
gegliane@jrsilva.adv.br

-----Mensagem original-----
De: Jose Ricardo da Silva [<mailto:silva.jr@brturbo.com.br>]
Enviada em: quarta-feira, 4 de julho de 2012 10:26
Para: gegliane JRSILVA
Assunto: importante

Gegliane,
por favor!

ligue para o Dorival ou Bruno (Padovan) e faça chegar a eles a seguinte mensagem. Por e-mail é mais rápido. Não estou conseguindo enviar:

"IMPORTANTE e URGENTE.
Prezados,
preciso enviar até a hora do almoço um ARRAZOADO sobre aquele caso onde há 2 processos em que se deve pedir a conexão entre ambos.
Lembram-se?
Esse arrazoado é para que a equipe possa discutir com os interessados sobre o andamento do caso. É uma fase importante!
Essa equipe será a CONSTRUTORA das linhas de ação e do delineamento e encaminhamento do caso.
Aguardo vossa manifestação.
Por favor, confirmem recebimento deste.
Grato."

certifique-se de que eles receberam a mensagem.
Obrigado.

Propriedades do arquivo:

NOME	Re importante - 'Gegliane Bessa ' (gegliane@jrsilva.adv.br) - 2012-07-04 1029.eml
TIPO	Eml
TAMANHO	3474
DELETADO	False
CATEGORIA	Emails
HASH	3887309aaef7ace5ff98a20d7178061
CAMINHO	Arquivos de Origem/DADOS PROVEDORES/BR TURBO/ANTES DO MONITORAMENTO/IMPORTANTE_2/Re importante - 'Gegliane Bessa ' (gegliane@jrsilva.adv.br) - 2012-07-04 1029.eml
EXPORT	Arquivos de Origem/DADOS PROVEDORES/BR TURBO/ANTES DO MONITORAMENTO/IMPORTANTE_2/Re importante - 'Gegliane Bessa ' (gegliane@jrsilva.adv.br) - 2012-07-04 1029.eml

O fato é que JOSÉ RICARDO DA SILVA queria outros processos da GERDAU, conforme evidencia conversa entre Nelson Malmann e PAULO CORTEZ, no dia 12/12/2013, no qual é dito que, apesar de ter participado da elaboração do esquema envolvendo a empresa GERDAU, indicando as pessoas certas para JOSÉ RICARDO DA SILVA, vulgo Bolachão, crescer dentro do CARF, ele não ia receber nenhum valor monetário.

FECHOU ESQUEMA "BOLACHÃO" _ IRONIA DO DESTINO

graciele@sinos.net (graciele@sinos.net) [Adicionar contato](#)

Para: pcortez2@gmail.com;

Ol? Paulo!!!

Com as not?cias que voc? me passou fechou o esquema ?bolach?o?. Estranha a ?ltima sess?o da CSRF. O Cartaxo estava ausente (substitu?do pelo Henrique) n?o daria para julgar os processos da Gerdau (poderia dar merda). O mais estranho ? o Valmir Sandri (velho mutreteiro de guerra) mesmo ausente pediu vista do processo (deve ter sido o esp?rito dele)? J? que quem estava substituindo ele era a Meigan. ? outro que deve levar uma boa ?bolada? se tudo der certo. Com a possibilidade de a Meigan ser convocada para o julgamento e entrar no jogo (te deixando de lado) est? explicado as visitinhas, que eu sei, do ?bolacha? ao escrit?rio do ?ga?ch?o?. Se tudo der certo ele dever? levar uma boa ?lasca? do ?churrasco?. O ?ga?ch?o? s? fazia pose de santo para o pessoal da Fazenda, j? para o outro lado, coincidentemente, vivia cercado de ?raposas?, a exemplo de Valdevan, Wilfrido e outras personalidades do mundo animal. Voc? que participou da elabora??o do projeto na fase inicial, indicando as pessoas certas para o ?bolach?o? crescer dentro do CARF, vai ficar ?chupando os dedos?. Ironia do destino. Fico aguardando noticias. Um abra?o,
Mallmann

Por derradeiro, n?o se pode deixar de observar que o escrit?rio LIMOEIRO & PADOVAN tem como s?cio DORIVAL PADOVAN, pai de BRUNO PADOVAN, ex-conselheiro do CARF, amigo e parceiro de EDISON PEREIRA RODRIGUES e EIVANY SILVA, pai de JOS? RICARDO.

DORIVAL PADOVAN, em conjunto com seu filho BRUNO, era o elo contratual entre EQUIZIEL CAVALARI, S?LVIO ROMAN e JOS? RICARDO, pois emprestaram os dados de seu escrit?rio de advocacia para formalizar um contato de fachada, por meio do qual JOS? RICARDO ira ser remunerado por suas atividades il?citas.

Mencione-se ainda a mensagem eletrônica encaminhada por JOSÉ RICARDO DA SILVA, em 09/05/2012, na qual ele questiona a respeito do depósito de valores em sua conta, provenientes “do Ezequiel e Sílvio”.

Em resposta, sua secretária informa que os depósitos de EZIQUIEL CAVALLARI e SILVIO GUATURA ROMÃO somaram R\$ 152.500,00, feitos da seguinte maneira: 02/05 (76.000,00); 04/05 (14.500,00); 04/05 (30.000,00); 07/05 (30.000,00) e 08/05(2.000,00) – VOLUME II, fl. 201).

Propriedades do arquivo:

NOME	Re Olá... - Gegliane Bessa (gegliane@live.com) - 2012-05-09 0942.eml
TIPO	Eml
TAMANHO	4092
DELETADO	False
CATEGORIA	Emails
HASH	a497dd0a51efb987b62649a7a0695676
CAMINHO	Arquivos de Origem/DADOS PROVEDORES/BR TURBO/ANTES DO MONITORAMENTO/IMPORTANTE_2/Re Olá... - Gegliane Bessa (gegliane@live.com) - 2012-05-09 0942.eml
EXPORT	Arquivos de Origem/DADOS PROVEDORES/BR TURBO/ANTES DO MONITORAMENTO/IMPORTANTE_2/Re Olá... - Gegliane Bessa (gegliane@live.com) - 2012-05-09 0942.eml

From: Gegliane Bessa <gegliane@live.com> ☆
Subject: RE: Olá...
To: silvajr@brturbo.com.br ☆

09/05/2012 09:42
Outras ações -

Dr. José Ricardo!
Bom dia!
Depósitos:
02/05 76.000,00
04/05 14.500,00
04/05 30.000,00
07/05 30.000,00
08/05 2.000,00
Total: 152.500,00

Saldos:
Conta dr. JR: - 42.000,00
SGR: - 28.956,00
JR: - 47.812,00
Estou enviando os valores de entrada e os pagamentos em uma planilha

Date: Wed, 9 May 2012 07:31:02 -0300
Subject: Olá...
From: silvajr@brturbo.com.br
To: gegliane@rsilva.adv.br; gegliane@live.com

Ol Gegliane,
Tudo bem por aí?
Foi feito aquele depósito integral na minha conta (do Ezequiel e Sílvio)?
Por favor, mande-me os saldos de todas (J.R., SGR e meu particular).
Se precisar falar comigo, mande-me uma mensagem no 99841127.
Grato,
Zé Ricardo.

Quanto a estes depósitos, SILVIO GUATURA ROMÃO, interrogado pela autoridade policial, não conseguiu explicar os motivos nem sua origem.

O conjunto de evidências colhidas e detalhadas neste tópico indica claramente a existência de uma ligação entre o GRUPO GERDAU e JOSÉ RICARDO DA SILVA, dissimulado através de contratações (ALFA/PLANEJA) e do subcontrato supracitado (LIMOEIRO & PADOVAN), comprovando as afirmações obtidas da colaboração de PAULO ROBERTO CORTEZ.

3) MANIPULAÇÃO DOS PROCESSOS NA CÂMARA BAIXA

No dia 11/04/2012, a 1ª Turma Ordinária da 1ª Câmara da 1ª Seção de Julgamento, tendo como Presidente VALMAR FONSECA DE MENEZES e composta pelos Conselheiros JOSÉ RICARDO DA SILVA, Edeli Pereira Bessa, Benedicto Celso Benício Júnior e Carlos Eduardo de Almeida Guerrero, reuniu-se na sede do CARF para julgar os três processos envolvendo as empresas GERDAU COMERCIAL DE AÇOS S.A., GERDAU AÇOS ESPECIAIS S/A e GERDAU AÇOMINAS S/A. A Conselheira Nadia Cristina Takeda Taga declarou-se impedida.

Todos os processos envolviam a questão do ÁGIO INTERNO, manobra tributária efetuada por diversas empresas ligadas ao grupo para pagar menos impostos.

Como dito no tópico anterior, uma das pessoas que tinha conhecimento da trama criminoso financiada pela empresa GERDAU era AMADOR OUTERELO FERNANDEZ, renomado tributarista que foi contratado para fazer a defesa nos processos 11080.723702/2019-19, 11080.723701/2010-74 e 10680.724392/2010-28.

A prova de autoria é o “*e-mail*” encaminhado em 21/01/2012, redigido por AMADOR OUTERELO FERNANDEZ (advogado da GERDAU) e endereçado a JOSÉ RICARDO DA SILVA, na qual o primeiro afirma que a redação final do memorial de defesa da GERDAU será feita depois da avaliação de JOSÉ RICARDO, conselheiro do CARF: “(...) vai depender da sua avaliação a redação final do MEMORANDO” (RE 0015/2016, fl. 171).

Tal contato entre JOSÉ RICARDO DA SILVA e o advogado da Gerda, AMADOR OUTERELO, acontece no dia 21/01/2012, ocasião em que o primeiro integrava a 1ª Turma Ordinária da 1ª Câmara.

Inquirido, AMADOR OUTERELO narrou que advoga para a GERDAU há aproximadamente 27 anos, atuando exclusivamente na área tributária, porém negou conhecer as empresas SGR, ALFA ou PLANEJA ou ter conhecimento sobre organização criminoso atuando no CARF. Questionado especificamente sobre o e-mail que enviou a JOSÉ RICARDO para avaliação do memorial de defesa da GERDAU, convenientemente disse desconhecer tal e-mail e aduziu que “*quando tratava disso, tratava com BIONDO, gerente jurídico da GERDAU*” (fls. 203-215).

AMADOR OUTERELO FERNANDEZ, embora efetivamente tenha efetuado a defesa técnica da GERDAU, sabia que a empresa utilizava-se de artifícios criminosos para assegurar a vitória no CARF, pois tratava JOSÉ RICARDO DA SILVA como um parceiro, pois ambos estavam advogando para a siderúrgica.

Embora a prática de se comunicar com os Conselheiros seja atividade cotidiana para os advogados que militam no CARF, o teor da conversa revela que AMADOR OUTERELO FERNANDEZ tinha conhecimento e participação no aliciamento de conselheiros do CARF (sabia que JOSÉ RICARDO fora contratado para defender os interesses da GERDAU), incorrendo na prática do crime de corrupção ativa.

É preciso colocar em realce o trecho do documento elaborado por AMADOR OUTERELO FERNANDEZ, no qual ele explica que a tese da GERDAU vai depender da “avaliação” de JOSÉ RICARDO DA SILVA. Nenhum advogado se dirige dessa maneira a um Magistrado

Em outra mensagem enviada por AMADOR OUTERELO FERNANDEZ, o mesmo pede a JOSÉ RICARDO DA SILVA que desse especial atenção a uma passagem do memorial a qual transcreveu no corpo da mensagem:

Assunto:

De: "Amador Outerelo Fernandez" <aofz@linkexpress.com.br>

Data: 27/01/2012 20:43

Para: "JOSE RICARDO EIVANY" <silva.jr@brturbo.com.br>

Prezado José Ricardo,

Peço-lhe especial atenção para o parágrafo que consta da pág.13, onde está consignado :

É oportuno dizer que inexistente qualquer diferença entre a cessão da participação societária pela Gerdau S/A. e a levada a efeito por ocasião da desestatização das concessionárias, quando o ESTADO **agiu como proprietário e não como Poder Tributante**, obteve ágio, porque **havia subavaliado** o que, teoricamente deveria **corresponder à rentabilidade futura das empresas alienadas**. O valor desse ágio foi pago, não adentrou na sociedade cuja participação foi alienada, o seu valor foi utilizado para aumento de capital e, posteriormente autorizada a sua amortização, como reconhecido no Acórdão unânime (1101-00354, de 02.09.2010). Ao contrário do caso da Gerdau, cuja reorganização societária não acarretou a saída de qualquer recurso, isto é, a reorganização não ocasionou qualquer desinvestimento.

—Anexos:—

26-01-2012-GERAU MEMORIAL AGIO.docx

63,2KB

Caso estivessem sendo trocando “*e-mails*” dentro de um contexto lícita para a apresentação de memoriais, as mensagens não seriam enviadas para o “*e-mail*” do advogado JOSÉ RICARDO DA SILVA, cujo provedor era o “BR turbo”. Caso fosse legítima a comunicação, AMADOR FERNANDEZ jamais mandaria mensagens para o endereço eletrônico particular do Conselheiro. O endereço institucional de JOSÉ RICARDO DA SILVA era ricardo.silva@carf.fazenda.gov.br.

AMADOR FERNANDES sabia a diferença. A título de exemplo, veja-se memorial que ele mandou, no dia 17/10/2014, para a secretaria do órgão e desta para os conselheiros.

Assunto: Fw: memorial da Gerdau Internacional

De: Maristela de Sousa Rodrigues <maristela.rodrigues@carf.fazenda.gov.br>

Data: 17/10/2014 12:11

Para: Paulo Roberto Cortez <paulo.cortez@carf.fazenda.gov.br>, Leonardo Couto <leonardo.couto@carf.fazenda.gov.br>, Frederico Alencar <frederico.alencar@carf.fazenda.gov.br>, Carlos Pela <carlos.pela@carf.fazenda.gov.br>, Moises Silva <moises.silva@carf.fazenda.gov.br>, Fernando Brasil de Oliveira Pinto <fernando.pinto@carf.fazenda.gov.br>, Fernando Brasil de Oliveira Pinto <fernandbrasil@uol.com.br>, pcortez2 <pcortez2@gmail.com>

Boa tarde!!!!

Senhores Conselheiros, segue anexo memorial da recorrente referente ao item 45 - Processo:

16561.720014/2011-99 - Recorrente: GERDAU INTERNACIONAL EMPREENDIMENTOS LTDA

-GRUPO GERDAU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL **SUSTENTAÇÃO ORAL DA PGFN - DR. MOISÉS DE SOUSA CARVALHO PEREIRA**

Ats.

Maristela de Sousa Rodrigues

Chefe da Secretaria da 4ª Câmara/1ª Seção-CARF/MF

maristela.rodrigues@carf.fazenda.gov.br

(61) 3412-7624

----- Mensagem encaminhada -----

Remetente: aofz@uol.com.br

Data: 17/10/2014 10:44 (01:22 horas atrás)

Assunto: memorial da Gerdau Internacional

Para: "maristela.rodrigues@carf.fazenda.gov.br" <maristela.rodrigues@carf.fazenda.gov.br>

Prezada Maristela,

Ficar-lhe-ia grato se fizesse o favor de repassar o anexo memorial para os Senhores Conselheiros.

Os autos se encontram em pauta para a próxima semana.

Att

Amador Outereiro

-

Para atividades ilícitas, AMADOR FERNANDES não encaminhava para endereços eletrônicos vinculados ao SERPRO, entidade ligada à própria Receita Federal e, portanto, sujeitos à supervisão.

Outra prova de que a influência de JOSÉ RICARDO ia além do seu próprio voto é o “*e-mail*” de 15/03/2012, 3 (três) dias após a assinatura do contrato com a GERDAU, no qual ele fala a PAULO ROBERTO CORTEZ que o “*O caso “agio” está com vista técnica. É possível que seja apreciado antes do término dos trabalhos. O ambiente de discussão pressupõe um debate de alto nível com aparente ‘aceitação das idéias e entendimentos a serem postos à apreciação’.*”

Embora JOSÉ RICARDO DA SILVA tenha usado linguagem cifrada para se comunicar com PAULO ROBERTO CORTEZ, é possível inferir que a controvérsia pressupõe a “*aceitação das idéias*” por parte dos demais Conselheiros, o que pode significar a necessidade de cooptar mais conselheiros para assegurar o êxito da GERDAU.

Conforme dito por JOSÉ RICARDO DA SILVA no “e-mail”, de fato ele pediu vistas na sessão do dia 14/03/2012 em relação aos processos 11080.723702/2010-19, 11080.723701/2010-74 e 10680.724392/2010-28, conforme comprova os respectivos andamentos processuais.

As quebras de sigilo não apontaram a transferência de valores via sistema bancário em relação aos demais conselheiros que participaram do julgamento, o que não exclui a possibilidade de JOSÉ RICARDO DA SILVA haver ordenado pagamentos em “*cash*”, uma vez que a SGR efetuou volumosos saques em espécie, na “boca do caixa”, em momento contemporâneo à da tramitação dos processos.

Vencida a primeira etapa de julgamento no dia 11/04/2012, JOSÉ RICARDO DA SILVA, com o auxílio imprescindível de seu comparsa PAULO ROBERTO CORTEZ, voltou suas atenções para o processo sobre ágio de nº 16682.720271/2011-54 (GERDAU AÇOS LONGOS S/A), o único de ágio interno que ainda faltava ser julgado e o que possuía o valor mais alto se considerados os créditos tributários a serem exonerados: 1,57 bilhão à época.

A preocupação especial de JOSÉ RICARDO DA SILVA e PAULO ROBERTO CORTEZ justificava-se diante do fato do processo ainda não ter sido distribuído no momento em que a GERDAU os contratou, pois este era um daqueles que a organização tinha assegurado 1,1% do valor total em caso de êxito.

O processo nº 16682.720271/2011-54 era tão importante que JOSÉ RICARDO DA SILVA pediu a PAULO ROBERTO CORTEZ que utilizasse sua influência junto a VALMAR FONSECA MENEZES para que a distribuição fosse feita a ele, conforme “e-mail” abaixo transcrito:

Propriedades do arquivo:

NOME	Lembrando - Jose Ricardo da Silva (silva.jr@brturbo.com.br) - 2012-05-08 1611.eml
TIPO	Eml
TAMANHO	1612
DELETADO	False
CATEGORIA	Emails
HASH	91cf09050d0afd0b620b5a10a149bfe8
CAMINHO	Arquivos de Origem/DADOS PROVEDORES/BR TURBO/ANTES DO MONITORAMENTO/RELATÓRIO/Lembrando - Jose Ricardo da Silva (silva.jr@brturbo.com.br) - 2012-05-08 1611.eml
EXPORT	Arquivos de Origem/DADOS PROVEDORES/BR TURBO/ANTES DO MONITORAMENTO/RELATÓRIO/Lembrando - Jose Ricardo da Silva (silva.jr@brturbo.com.br) - 2012-05-08 1611.eml

From Jose Ricardo da Silva <silva.jr@brturbo.com.br> ☆

Subject **Lembrando**

To Paulo Roberto Cortez <pcortez2@gmail.com> ☆

Oi Paulo! Como estão as coisas?

Estou mandando este para lembrar:

É importante, fundamental, inadiável que o Canga distribua o proc. da Cia. de Aço para mim.

Conforme conversamos antes de eu viajar. Lembra-se?

Lembre a ele PESSOALMENTE (não por ligação).

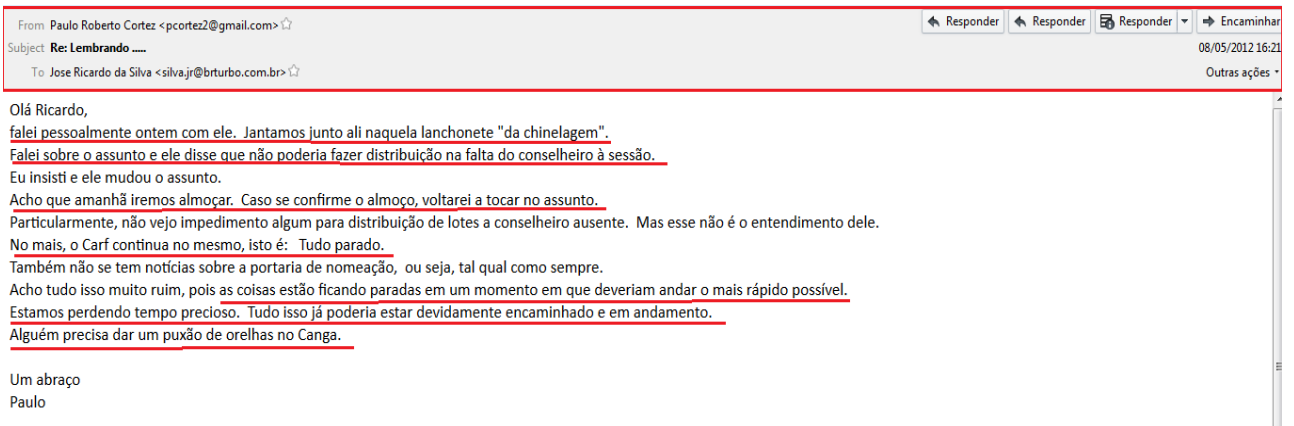
Grato.

José Ricardo.

PAULO ROBERTO CORTEZ, em continuação ao diálogo, esclarece que conversou pessoalmente com VALMAR para que esse realizasse a distribuição a JOSÉ RICARDO, ocasião em que disse que não poderia distribuir um processo a um conselheiro ausente.

Propriedades do arquivo:

NOME	Re Lembrando - Paulo Roberto Cortez (pcortez2@gmail.com) - 2012-05-08 1621.eml
TIPO	Eml
TAMANHO	6032
DELETADO	False
CATEGORIA	Emails
HASH	d3e4373abaf0c2aa2cf5f96960172391
CAMINHO	Arquivos de Origem/DADOS PROVEDORES/BR TURBO/ANTES DO MONITORAMENTO/IMPORTANTE_2/Re Lembrando - Paulo Roberto Cortez (pcortez2@gmail.com) - 2012-05-08 1621.eml



Ainda no mesmo dia, PAULO CORTEZ enviou outra mensagem eletrônica ao mesmo destinatário, para informar que havia encontrado o dispositivo do Regimento Interno que autorizaria a distribuição do processo bilionário:

Assunto: Distribuição de lotes
De: Paulo Roberto Cortez <pcortez2@gmail.com>
Data: 08/05/2012 16:25
Para: Jose Ricardo da Silva <silva.jr@brturbo.com.br>

Oi,
acabei de olhar o Regimento do Carf, o art. 49, § 6º, diz: Estando ausente o conselheiro, a ele caberá o lote de processos que não foi sorteado aos demais;...
O presidente designará conselheiro para representá-lo no sorteio.

Parece que o Canga não tem conhecimento disso.

abraço
Paulo

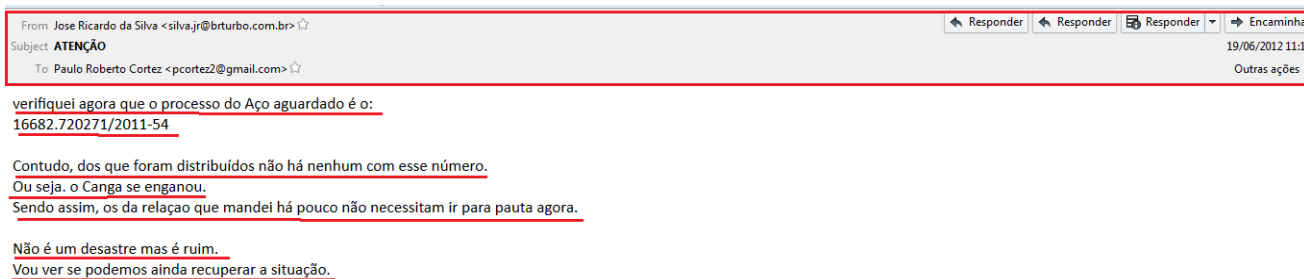
A distribuição de autos a Conselheiro ausente era uma estratégia aventada pela organização criminosa para direcionar os processos mais importantes. Como fica claro nas mensagens, a proximidade a VALMAR FONSECA DE MENEZES era a senha para burlar a distribuição aleatória, o que foi feito na Câmara Superior, conforme será tratado no tópico seguinte.

Em 09/05/2012, JOSÉ RICARDO DA SILVA fala a PAULO CORTEZ “*Vc sabe que esses casos de ágio são muito importantes para nós. Pelo que entendi o Aço (processo nº 16682.720271/2011-54) vai ser distribuído daquela forma. É fundamental que seja feito o quanto antes.*”

A expressão “*daquela forma*” utilizada por JOSÉ RICARDO DA SILVA refere-se à distribuição direcionada a um Conselheiro específico. Como a distribuição era feita diretamente pelo Presidente da Turma, sem auditoria, sem fiscalização nenhuma, a expressão “*sorteio*” fiava-se exclusivamente na credibilidade do responsável em fazer a distribuição dos processos novos, durante a sessão de julgamento.

Assim, embora a Secretaria da Turma certificasse a distribuição “*por sorteio*”, fato é que a pessoa que materialmente realizava a distribuição era o Presidente do órgão fracionário.

Em 12/06/2012, dois processos do Grupo GERDAU são direcionados a JOSÉ RICARDO DA SILVA por VALMAR FONSECA MENEZES. Após receber os processos, JOSÉ RICARDO fala a PAULO CORTEZ que VALMAR MENEZES “*se enganou*”. Ele diz ainda: “*Não é um desastre mas é ruim. Vou ver se podemos ainda recuperar a situação*”



Não obstante, o processo bilionário nunca foi distribuído para JOSÉ RICARDO DA SILVA, eis que VALMAR FONSECA DE MENEZES, no dia 07/12/2012, o encaminhou para a 1ª Turma Ordinária, mas da 3ª Câmara.

Embora o regimento interno não preveja a distribuição de um processo que estava na 1ª Câmara para a 3ª Câmara, fato é que JOSÉ RICARDO DA SILVA acabou chamando a atenção de VALMAR FONSECA DE MENEZES, que

iniciou articulação que o acabou levando à Presidência da 1ª Turma Ordinária da Terceira Câmara da Primeira Seção do CARF, exatamente o órgão fracionário do CARF para onde tinha sido distribuído o processo bilionário.

Essa manobra visava possibilitar que VALMAR FONSECA aumentasse o seu poder de barganha junto a JOSÉ RICARDO DA SILVA, visto que passou a ocupar uma vaga no órgão fracionário que iria julgar o processo mais relevante, além de assegurar uma vaga na instância superior do CARF.

Esse fato chama atenção de PAULO ROBERTO CORTEZ, que nesse momento já havia rompido com JOSÉ RICARDO e por esse motivo queria que ele fosse investigado em relação a esse esquema criminoso. Em conversa com NELSON MALLMANN, no dia 25/08/2014, após a data do primeiro julgamento do Processo nº 16682.720271/2011-54 / GERDAU AÇOS LONGOS S/A (12/03/2014), PAULO ROBERTO CORTEZ confirma que a transferência de VALMAR ocorreu com o único intuito de obter um julgamento favorável à GERDAU:

(...)Transcrição:

PAULO CORTEZ (C) x MALLMANN (M)

M – (...), mas hein, eu tava dizendo o seguinte: esse cara só voltou pro Conselho porque alguém prometeu muita coisa pra ele.

C - Não MALLMANN ele voltou porque tinha os processos da GERDAU na Terceira Turma.

M – Tudo bem, é um esquema que eles.... Eu acho que todo aquele teatro de que ele fez

C – Sim, sim.

M – Foi tudo planejado

C – Sim porque tava na Terceira Câmara o processo maior da GERDAU. E o esquema continua MALLMANN. Eles têm um

contrato, tanto é que ele se afastou, ele não votou nas duas, nos processos que teve na câmara dele, Câmara Baixa, ele não participou. E o mês passado de novo teve outro ágio que ele não votou.

M - Tá guardando o cartucho pra...

C - Tá guardando o cartucho pra valer porque na Câmara Baixa não vale nada né, o que vai valer é na Câmara Superior. E o contrato tá, tá em vigor, o contrato que o BOLACHÃO fez.

M - Eles tão no mesmo lixo.

C - Não, aí eles ficam nadando no dinheiro, cinquenta milhões pra dividir não sei entre quantos, mas, não são muitos.

M - Sem contar, não são muitos e esses processos de ...

C - Ah e eu não te contei o principal: os processos já tão na mão do VALMIR SANDRI e vão ser julgados logo.

M - Eu vi lá, os três tão na mão dele.

C - É e ele vai botara em pautas os três de uma botada só.

M - É, aí deve ter um esquema muito bem organizado.

C - Sim, sim. Como é que foram parar na mão dele?

M - É a gente pega como diz aqui: isso é SORTEIO né (rindo).

C - MALLMANN dá uma olhada...

M - É claro que foi escolhido o cara!

C - MALLMANN, dá uma olhada neste processo, nesse acórdão da MARCOPOLO, quem que votou. Em quem.

M - Eu mando pra lá.

M - É, mas eu queria ver lá no do ágio lá, PAULO. Lá na Terceira Câmara aquele de um bilhão e setecentos.

C - Sei.

M – Como que os Contribuintes votaram. Lá teve dois Contribuintes que deram provimento e um negou. Parece que foi isso. Parece que foi de quatro a dois.

(...)

M – O processo é um bilhão e setecentos milhões PAULO. Ele, ele, ele votou contra, ele disse, negando.

C – Não, ele deu.

M – Arrá, sim, só podia!

C – Não, ele deu.

M – Inclusive o filha da mãe não faz as atas, tu não consegue saber os julgados, né.

C – Não, mas o VALMAR não votou ele botou o MATOSINHO no lugar dele.

Além de VALMAR, que fora transferido da 1ª Turma Ordinária da Primeira Câmara para a 1ª Turma Ordinária da Terceira Câmara da Primeira Seção do CARF, neste órgão a quadrilha contava com VALMIR SANDRI.

VALMIR SANDRI, além de ter votado favoravelmente à GERDAU na Câmara Baixa, iria desempenhar papel fundamental na Câmara Superior, conforme será esmiuçado no tópico seguinte, pois passou a ocupar o cargo de Vice-Presidente da 3ª Câmara.

O julgamento do processo bilionário ocorreu no dia 12 de março de 2014, que resultou no Acórdão nº 1301-001.434, que negou provimento ao recurso voluntário interposto pela autuada por maioria dos votos. Foram vencidos justamente os conselheiros VALMIR SANDRI e Carlos Augusto de Andrade Jenier, sendo que este último apresentou o voto perdedor.

VALMAR FONSECA MENEZES, profundo conhecedor das especificidades do CARF, somente participou da primeira parte do julgamento, mas não

da segunda, ocasião em que foi substituído por LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO, uma vez que ele sabia que a causa estava perdida na primeira instância.

Assim, por ser representante da Fazenda Nacional, eventualmente decisivo na Câmara Superior, estrategicamente não queria adiantar o posicionamento que iria lá proferir.

Na Câmara Superior, já sabendo que JOSÉ RICARDO DA SILVA iria renunciar ao posto, VALMAR MENEZES tinha outra estratégia, conforme será narrado no tópico seguinte.

4) AÇÕES DE JOSÉ RICARDO, VALMAR FONSECA DE MENEZES, PAULO ROBERTO CORTEZ E VALMIR SANDRI PARA CONDUÇÃO DOS PROCEDIMENTOS À 1ª TURMA DA CÂMARA SUPERIOR DO CARF.

Segundo a consulta à página de acompanhamento de processos do CARF em 12/09/2013, após a recondução de JOSÉ RICARDO DA SILVA os processos nº 11080.723701/2010-74 e nº 10680.724392/2010-28 foram distribuídos para a 1ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais - CSRF, e lhe foram “*sorteados*”.



Conforme dito no termo de colaboração firmado por PAULO ROBERTO CORTEZ, nos julgamentos em que ele não concordava com a tese que beneficiava a empresa autuada pelo Fisco, JOSÉ RICARDO DA SILVA recorria ao seu sócio JOÃO BATISTA GRUGINSKI para elaborar o voto que seria apresentado na sessão.

É o que restou evidenciado pelo “e-mail” encaminhado por JOÃO BATISTA GRUGINSKI no dia 14/01/2014, no qual anexou a minuta do voto para julgamento na Câmara Superior, que exonerava as empresas do Grupo GERDAU do pagamento dos créditos tributários da Fazenda Nacional.

Ele informou tratar-se de uma versão inacabada do voto e solicitou que JOSÉ RICARDO conseguisse a “*íntegra do famigerado artigo escrito pelo Eliseu Martins*”, que fora utilizado pelo conselheiro Carlos Eduardo de Almeida

Guerreiro na Câmara Baixa e disse que gostaria de “[...] *examinar eventual ‘G. tenha fornecido para o julgamento ocorrido.’*” Nota-se o cuidado de não dizer o nome da GERDAU.

De: gruginski <gruginski@uol.com.br> Enviada em: ter 14/01/2014 1
Para: josericardo@advijrj.com.br
Cc: silva.jr@turbo.com.br
Assunto: G - Remessa MINUTA VOTO VF Provisória

 Mensagem  G-724982 - CSRF - MINUTA DE VOTO - VF Provisória - 14.12.2014.doc

Prezado José Ricardo,

Estou enviando a primeira versão da Minuta do voto, que se limita ao exame de "conhecimento", ou não, do Recurso Especial.

O voto está extenso e comporta algumas supressões. Mas estou sem cabeça para fazer esse tipo de revisão mais refinada. Por outro lado, não é justo que eu mantenha você na expectativa. Então, resolvi mandar a minuta no estado em que está mesmo.

Creio que preciso descansar nesse final de tarde e amanhã.

Mas já, depois de amanhã, começo a segunda parte do Voto, quanto ao mérito. No meu entender essa segunda parte deverá sair mais rapidamente. Primeiro porque, agora, conheço a matéria; segundo porque acho que o voto do Guerreiro está ótimo. Só vou acrescentar pequenas observações. Então, o tempo que vou gastar será mais para fazer o relatório (focando o RESP e as Contrarrazões da G.).

Mas para fazer essa segunda parte do voto, gostaria de saber se você poderia conseguir-me a íntegra do famigerado artigo escrito pelo Eliseu Martins - pois não está mais disponível no "site" que o Guerreiro indica no voto dele.

Gostaria também de examinar eventual "MEMORIAL" que a G. tenha fornecido para o julgamento ocorrido. Caso você o tenha, peço a gentileza de enviar-me.

Grande abraço, Gruginiski.

No mesmo dia o conselheiro JOSÉ RICARDO DA SILVA respondeu a mensagem eletrônica. Na resposta ele agradeceu o envio da minuta do voto e informou que providenciaria “o artigo do Eliseu Martins e o Memorial”.

Alguns dias depois, entre 16 e 22/01/2014, JOÃO BATISTA GRUGINSKI enviou documentos do processo e outras duas versões do voto para o julgamento dos Recursos Especiais apresentados pela Fazenda Nacional.

De: gruginski <gruginski@uol.com.br>
Para: josecaraldo@adrysilva.com.br
Cc: silva.j@brturbo.com.br
Assunto: G. - Remessa ARQUIVOS em WORD

Mensagem 01. G-724392 - F-1781-1811 - RELATORIO DA ACAO FISCAL - Edit.doc 02. G-724392 - F-1838-1889 - IMPUGNACAO - Edit e Varios Grifos.doc 03. G-724392 - F-1893-1927 - DECISAO da DRJ P.Alegre - sem Revisao.doc 04. G-724392 - F-1931-1967 - RECURSO VOLUNTARIO - Notas Edit.doc 05. G-724392 - F-1970-1988 - CONTRARRAZOES da PFN ao RV - Edit.doc 06. G-724392 - F-1990-2057 - ACORDAO do CARF 1101.00708 - Edit.doc 07. G-724392 - F-2060-2092 - RECURSO ESPECIAL da PFN - Notas Edit.doc 08. G-724392 - F-2093-2117 - PARADIGMA para o RESp da PFN - Edit.doc 09. G-724392 - F-2119-2122 - DESP. de ADMISSIBILIDADE REsp da PFN.doc 10. G-724392 - F-2130-2175 - CONTRARRAZOES da GERDAU ao RESP.doc

Prezado José Ricardo,

Percebi que praticamente seria impossível estudar a matéria pelas cópias em PDF, algumas protegidas contra quaisquer "observações".

Então digitalizei, ou datilografei (os protegidos), os principais arquivos, para convertê-los em Word. Queria enviá-los na terça passada - mas esqueci-me.

Envio com o presente.

Recomecei o trabalho, agora em relação ao Mérito do RESP. Vou ver se concluo até o fim de semana - de forma a podermos conversar já a partir do início da próxima semana.

Grande abraço. Gruginski.

No dia 22/01/2014, após receber a terceira versão, JOSÉ RICARDO DA SILVA respondeu o "e-mail" e solicitou que este definisse um horário para conversarem sobre o assunto.

Conforme afirmado por PAULO ROBERTO CORTEZ, JOSÉ RICARDO não possuía conhecimento sobre a matéria tributária e precisava de uma explicação presencial antes do julgamento. Tal fato é confirmado pelo encontro com JOÃO BATISTA GRUGINSKI.

De: gruginski <gruginski@uol.com.br>
Para: josecaraldo@adrysilva.com.br
Cc: silva.j@brturbo.com.br
Assunto: Remessa terceira minuta VOTO caso Ágio

Enviada em: qua 22/01/2014 11:11

Mensagem 01. G-724392 - CSRF - MINUTA DE VOTO - VF Provisoria - 22.01.2014.doc

Prezado José Ricardo,

Estou enviando uma terceira minuta do voto referente ao caso do "ágio interno", em que apresento a sugestão sobre a análise de mérito. Ficam faltando, ainda, três tópicos que estão em letra vermelha (ao final), que se referem a questões acessórias - em que eu posso ir trabalhando durante os dois próximos dias.

De qualquer forma, com a minuta que estou enviando, já temos condições de iniciar o estudo conjunto da matéria (sem que as três questões que ainda faltam possam prejudicar nos trabalhos conjuntos). Fico no aguardo de sua chamada.

Grande abraço. Gruginski.

Entre os dias 24 e 27/01/2014, JOÃO BATISTA GRUGINSKI enviou mais três “e-mails” ao relator JOSÉ RICARDO, nos quais anexou a quarta e última versão do voto.

De: gruginski <gruginski@uol.com.br>
Para: josecarido@advjrjrsilva.com.br
Cc: silva.jr@brturbo.com.br
Assunto: Remessa QUARTA minuta VOTO caso Ágio

Mensagem G-724392 - CSRF - MINUTA DE VOTO - VF Provisoria - 24.01.2014.doc

Prezado José Ricardo,

Estou enviando uma QUARTA minuta do voto referente ao caso do "ágio interno", para conversarmos logo em seguida.

Grande abraço. Gruginski.

De: gruginski <gruginski@uol.com.br>
Para: josecarido@advjrjrsilva.com.br
Cc: oliveiraenbeiro@uol.com.br; silva.jr@brturbo.com.br
Assunto: Remessa VERSÃO FINAL minuta VOTO caso Ágio

Mensagem G-724392 - CSRF - MINUTA do VOTO - Versao Final - 24.01.2014.doc

Prezado José Ricardo, Prezada Adriana

Estou enviando o que considero a VERSÃO FINAL DA MINUTA DO VOTO referente ao caso do "ágio interno". É versão final, mas pode comportar ajustes evidentemente.

Peço gentileza retransmitirem para o Augusto (não tenho o e.mail dele).

Grande abraço. Gruginski.

De: gruginski <gruginski@uol.com.br>
Para: josericardo@adyrsilva.com.br
Cc: silva.j@brturbo.com.br; oliveiraerbeiro@uol.com.br
Assunto: VERSÃO FINAL de 27.02.14 da MINUTA VOTO Ágio

Enviada em: seg 27/01/2014 10:00

Mensagem: G-724992 - CSRF - MINUTA do VOTO - V. Final 27.01.2014.doc

Prezado José Ricardo, Prezada Adriana

Estou enviando o que considero a VERSÃO FINAL DA MINUTA DO VOTO, saliente-se agora, **"Versão Final do dia 27.01.2014"**.

Explico. Em nossa reunião de sexta-feira, fiquei de pensar numa forma de incluir o "verdadeiro endosso" da Fazenda Nacional ao ágio apropriado pelo Grupo Gerdaul.

A DRJ rejeitou o argumento de que o ingresso do Banco Itaú confirmaria a existência do ágio no Grupo, da seguinte forma: "Houve um aumento de capital, portanto, no valor total de R\$ 550.000.000,00. O subscritor foi o Banco Itaú BBA S.A. (documento das ffs. 6 a 39 dos autos 16/34 do documento eletrônico). **Importante salientar que essa operação não contemplou qualquer ágio, posto que, em princípio, o patrimônio da sociedade já estaria avaliado a preços de mercado.**"

Aí veio a Fazenda Nacional, no primeiro parágrafo da fl. 2077 do RESP, e endossou esse entendimento da DRJ, nos seguintes termos: "Em primeiro lugar, o aporte feito pelo Banco Itaú não representou pagamento de ágio, como bem esclarece a seguinte passagem da decisão de 1ª Instância: ..."

Vale a pena dar uma olhada no primeiro parágrafo da fl. 2077 do RESP.

Pois bem, inseri essa novidade como item "(vii)" na demonstração do que chamei de "O CASO MAIS GRAVE", renumerando os itens subsequentes.

Pondero que vale a pena dar essa "cutucada".

É A ÚNICA MUDANÇA EM RELAÇÃO AO TEXTO DE SEXTA FEIRA.

Grande abraço. Gruginski.

A versão apresentada por JOÃO BATISTA GRUGINSKI, no sentido de que agiu graciosamente para ajudar JOSÉ RICARDO DA SILVA, é completamente inverossímil. O voto por ele elaborado renderia contrapartida em momento futuro, conforme demonstram as diversas transferências bancárias feitas em seu favor ao longo do período entre 2009 e 2012. Os valores repassados pela SGR demonstram sua ciência da empreitada criminoso e das negociatas com a GERDAU. O mencionado réu trabalhou com a expectativa, assim como os demais, de receber vultuosas quantias em dinheiro com o êxito da empresa siderúrgica em seus processos no CARF.

A intensa articulação de JOSÉ RICARDO DA SILVA para julgar os processos da GERDAU não surtiu resultados. Os processos não foram julgados na sessão do dia 28/01/2014 por terem sido retirados de pauta pela Conselheira Susy Hoffmann.

Em 30/01/2014 JOSÉ RICARDO DA SILVA pediu exoneração do cargo de Conselheiro do CARF. Em virtude da denúncia protocolada por PAULO CORTEZ junto ao Coordenador-Geral de Pesquisa e Análise da Receita Federal, o citado conselheiro foi “convidado a se retirar” do CARF. Por já ter conhecimento do esquema criminoso e para tentar evitar a consumação da manipulação do julgamento na Câmara Superior, a Receita Federal quis evitar a consumação da perda de bilhões de reais em crédito tributário.

Mesmo com a renúncia de JOSÉ RICARDO DA SILVA assegurada, a Receita Federal não sabia que VALMAR MENEZES, detentor de conhecimento do esquema, tinha um “plano B” para assegurar o êxito da GERDAU na Câmara Superior.

Com a saída de JOSÉ RICARDO do CARF, os processos de sua relatoria precisavam ser redistribuídos. Justamente nesse momento surge uma oportunidade para VALMAR MENEZES, “braço direito” do Presidente do CARF, praticar atos visando o êxito da GERDAU.

O mais importante era assegurar que os processos fossem distribuídos a um integrante da organização criminosa, que fosse de confiança do grupo e que pudesse controlar a tramitação e o momento certo para levar os processos a julgamento.

O escolhido foi VALMIR SANDRI², que passaria a assumir os processos de JOSÉ RICARDO DA SILVA. A estratégia utilizada foi a seguinte: A Portaria do Ministério da Fazenda nº 256, que instituiu o regimento interno do CARF estabelecia apenas 2 (duas) possibilidades de devolução de processos em fase de recurso já distribuídos na Câmara Superior, quais sejam: 1) mudança de turma e de matéria de julgamento do conselheiro nos processos distribuído; 2) mudança de turma especializada em matéria distinta daquela que o conselheiro atuava anteriormente.

² VALMIR SANDRI já foi denunciado nas Ações Penais nº 0030134-34.2017.4.01.3400 e 0064639-85.2016.4.01.3400, dentre outras.

Como nenhuma dessas possibilidades atendia VALMIR SANDRI, pois ele não podia sair da Câmara onde estava, adotou outro estratagema: devolver dois processos de seu acervo alegando estar impedido.

No processo 10120.0025991/2003-64, da Telegoiás Celular S.A., o conselheiro informou que a Brasil Telecom, empresa adquirente da citada empresa, era cliente do escritório do qual VALMIR SANDRI fazia parte, sem mencionar qualquer denominação do escritório.

Já no que diz respeito ao processo 10707.000936/2007-11, ele aduziu que o escritório do qual fazia parte advogava para a Claro S.A., empresa que faz parte do grupo econômico da EMBRATEL S.A.

Os dois processos devolvidos justificam o fato de VALMIR SANDRI participar do “sorteio” manual dos processos devolvidos por JOSÉ RICARDO DA SILVA. A distribuição foi feita manualmente a VALMIR SANDRI, o que era de interesse da organização criminosa que atuava no CARF.

Ao tratar do tema da distribuição de processos no CARF, NELSON MALLMANN afirmou à autoridade policial que *“há anos os processos são distribuídos de forma eletrônica no CARF, contudo **era comum, dentro das câmaras de julgamento, alguns processos serem distribuídos pessoalmente e não por sorteio, especialmente nos casos de crédito tributário de valor elevado**”* (VOLUME II, fls. 490-494). Trata-se de afirmação que corrobora as suspeitas de fraudes nas distribuições de processos dentro do órgão.

No “e-mail” de 19/11/2013 abaixo transcrito, PAULO ROBERTO CORTEZ e NELSON MALLMANN comentam quanto ao modo como ocorreu a distribuição dos dois PAFs sobre ágio interno para JOSÉ RICARDO DA SILVA.

Propriedades do arquivo:

NOME	Re: Camara Superior - Sessão de hoje!!!!!!!!!!!!!! - VEJA SÓ!!!!!!!!!!!!!! !!!!!!!
TIPO	Eml
TAMANHO	3816
DELETADO	False
CATEGORIA	Emails
HASH	9d31cae18ce373488cd972fa1a9bb78a
CAMINHO	Arquivos de Origem/DADOS PROVEDORES/GMAIL/2º Período ,Google Drive e Antes da Intercepção(senha - prodbra491484)/CORTEZ/Content2/pcortez2@gmail.com.Gmail.Content.28-Mar-2013_20-Dec-2013.1.mbox>>Re: Camara Superior - Sessão de hoje!!!!!!!!!!!!!! - VEJA SÓ!!!!!!!!!!!!!! !!!!!!!
EXPORT	Exportados/9/D/9D31CAE18CE373488CD972FA1A9BB78A.eml

From: graciele@sinos.net
Subject: Re: Camara Superior - Sessão de hoje!!!!!!!!!!!!!! - VEJA SÓ!!!!!!!!!!!!!! !!!!!!!
To: Paulo Roberto Cortez <pcortez2@gmail.com>

Responder Responder Responder Encaminhar
19/11/2013 10:41
Outras ações

Ol? Paulo !!!

Com certeza que foi encomendado. Por isso que ele estava na moita e com certeza fechando o esquema com aqueles "conselheiros" j? conhecidos. Como foi o resultado dos julgamentos? Fico no aguardo de resposta.
Um abraço,
Mallmann

Bom dia Mallmann, tudo bem?

Estou participando da Câmara superior hoje, pela ausência da Karen.

CARACA!!!!!!!!!!
sabe os processos sobre os quais n?s falamos???????
Pois o Jos? Ricardo est? com dois deles para relatar hoje!!!!!!!!!!!!!!
Como eles foram distribuídos para ele????????????????????????????????
Um deles ? da Gerdau A?ominas - Processo n? 10680.724392/2010-28
O outro ? da Gerdau A?os Especiais - Processo 11080.723701/2010-74.

Gostaria muito de saber como ? que foi realizada a distribuiç?o.
Isso da?, com certeza, n?o foi sorteio.
Darei mais informaç?es depois

Os processos distribuídos a JOSÉ RICARDO DA SILVA foram então redistribuídos a VALMIR SANDRI (processo nº 10680.724392/2010-28 e processo nº 11080.723701/2010-74). Quanto ao processo nº 11080.723702/2010-19 também foi distribuído à 1ª TURMA/CSRF/CARF/MF/DFEM em 16/07/2014 e colocado em pauta no dia 26/03/2015, tendo também como relator o conselheiro VALMIR SANDRI.

Conforme o conteúdo do “e-mail” de 06/06/2013 entre Meigan Rodrigues e Vladimir Spíndola, fica evidente a manipulação de outros conselheiros promovidas por JOSÉ RICARDO DA SILVA e sua turma.

MEIGAN SACK RODRIGUES é conselheira suplente do CARF e sócia do escritório RODRIGUES ADVOGADOS ASSOCIADOS. Vladimir Spindola é advogado e trabalhava captando clientes empresas autuadas pela Receita Federal e com processos no CARF.

A índole de VALMIR SANDRI e sua disposição para negociar atos no CARF ficam claras no “*email*” encaminhado por “VLADIMIR” para “MEIGAN”, filha de EDISON PEREIRA RODRIGUES, que indica que VALMIR SANDRI, para ser novamente corrompido, estaria exigindo “*a mesma coisa que no caso da Multiplan*”:

Propriedades do arquivo:

NOME	1834c68c-c640-435f-ac19-80d8aade6c2f_mime.txt
TIPO	Eml
TAMANHO	6020
DELETADO	False
CATEGORIA	Emails
HASH	b9a09de07872ad1bd1656b0e6b4bcabf
CAMINHO	Arquivos de Origem/DADOS PROVEDORES/MICROSOFT (HOTMAIL)/2º ENVIO (10 DVDs)/GCC-626621-C1G3N3 03-10/meimeg@hotmail.com/6/1834c68c-c640-435f-ac19-80d8aade6c2f/1834c68c-c640-435f-ac19-80d8aade6c2f_mime.txt
EXPORT	Arquivos de Origem/DADOS PROVEDORES/MICROSOFT (HOTMAIL)/2º ENVIO (10 DVDs)/GCC-626621-C1G3N3 03-10/meimeg@hotmail.com/6/1834c68c-c640-435f-ac19-80d8aade6c2f/1834c68c-c640-435f-ac19-80d8aade6c2f_mime.txt

A historia se repete

De: **Vladimir** (vladimir@spindolapalmeira.com.br) Este recorrente está na [lista de contatos](#).

Enviada: quinta-feira, 24 de outubro de 2013 19:07:37

Para: **meimeg@hotmail.com**

1 anexo

Resolução CARF - PA 16095.000602_2007-70 - Anexo.pdf (303,8 KB)

Consta no Diário Oficial de hoje que o PA 16095.000602/2007-70, de interesse da JS Administração de Recursos S/A (atual denominação da Letero Empreendimentos, Publicidade e Participações Ltda.), foi incluído na pauta de julgamento da 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção, prevista para ocorrer no dia 06/11/2013, às 9h.

Em janeiro de 2012, o julgamento foi convertido em diligência (resolução em anexo) para que a RFB adotasse as seguintes providências:

Informasse se as estimativas mensais de CSLL do ano de 2001 foram extintas mediante pagamento ou algum outro meio de extinção, fazendo acostar a documentação comprobatória da resposta;

Informasse se os débitos correspondentes às estimativas mensais de CSLL de 2001 foram objeto da declaração em DCTF;

Abaixo a composição atual da turma:

Valmar Fonseca de Menezes (Fazenda)

Wilson Fernandes Guimarães (Fazenda) - Relator

Paulo Jakson da Silva Lucas (Fazenda)

Valmir Sandri (Contribuintes) →

Edwal Casoni de Paula Fernandes Júnior (Contribuintes)

Carlos Augusto de Andrade Jenier (Contribuintes)

Bomero Sobra: ele quer a mesma
coisa que no caso da
Multiplan.

Wladimir vem 2º ou 3º feira
aqui p/ conversar. Já avisei
que tem o Conselho consultivo
Acho que por isso vai sair mais
caro!

VALMIR SANDRI manifestou voto favorável no processo de julgamento nº 11080.723702/2010-19 e era o relator dos processos de julgamento interno na Câmara Superior.

Com a deflagração da Operação Zelotes, não houve o julgamento na Câmara Superior e todos os envolvidos foram afastados do CARF.

5) LAVAGEM DE DINHEIRO PRATICADA POR EZIQUIEL CAVALLARI, SÍLVIO GUATURA ROMÃO, JOSÉ RICARDO DA

SILVA, EDISON RODRIGUES, VALMAR MENEZES E VICTOR SANDRI

Conforme os elementos de convicção colhidos na fase pré-processual, JOSÉ RICARDO DA SILVA, com o objetivo de ocultar e dissimular a origem e o destino de recursos oriundos do crime de corrupção passiva, usou as empresas ALFA e PLANEJA para celebrar contratos com as empresas do Grupo GERDAU.

Caso tivesse sido vitoriosa em sua estratégia, o Grupo GERDAU iria repassar aproximadamente R\$ 40 milhões de reais às empresas de EZIQUIEL CAVALLARI e SILVIO GUATURA ROMÃO, a quem incumbiriam repartir os proveitos dentre os demais integrantes da organização criminosa.

Conforme descrito nos tópicos anteriores, a vitória do Grupo GERDAU na Câmara Baixa teve como base a prática de corrupção passiva por JOSÉ RICARDO DA SILVA e seus comparsas.

Assim, os repasses efetuados por SÍLVIO GUATURA ROMÃO e EZIQUIEL CAVALLARI a JOSÉ RICARDO DA SILVA, EDISON RODRIGUES e VALMAR MENEZES possuem origem criminosa.

Um dos que teve proveito financeiro decorrente da prestação de serviços à GERDAU foi EDISON PEREIRA RODRIGUES, sócio da SGR CONSULTORIA. A funcionária de JOSÉ RICARDO, Gegliane Maria Bessa Pinto, descreve a relação existente com EDISON:

“tanto EDSON PEREIRA RODRIGUES quanto JOÃO BATISTA GRUGINSKI, salvo engano, eram sócios de JOSÉ RICARDO na SGR, já que ambos andavam com “pilhas de processos”, no entanto os mesmos não possuíam sala na sede do escritório, mas compareciam com frequência para se reunirem com JOSÉ RICARDO; QUE não se recorda de ter feito pagamentos em espécie a

EDSON e GRUGISNKI, mas por determinação de JOSÉ RICARDO efetuou transferências bancárias para as contas pessoais de ambos". (cópia às fls. 724-731

Ou seja, EDISON RODRIGUES, apesar de alegar que saiu da sociedade em 2006, ainda era sócio de fato e de direito da SGR e colaborava com JOSÉ RICARDO nos seus esquemas.

Essa parceria comercial existente entre EDISON RODRIGUES e JOSÉ RICARDO explica as duas operações de lavagem de dinheiro a seguir descritas:

- (a) a PLANEJA ASSESSORIA transfere R\$ 208.000,00, no dia 10/04/2012, véspera da primeira decisão na Câmara Baixa dos processos de ágio, para o escritório RODRIGUES ADVOGADOS ASSOCIADOS, cujos sócios são EDISON RODRIGUES e sua filha Meigan Sack Rodrigues;

- (b) SILVIO GUATURA ROMÃO (sócio da PLANEJA/ALFA) transfere R\$ 208.334,00, no dia 11/04/2012, para o escritório RODRIGUES ADVOGADOS ASSOCIADOS (RE 0015/2016 – VOLUME II, fls. 203-204).

Foi utilizada conta bancária do escritório RODRIGUES ADVOGADOS ASSOCIADOS para dissimular o recebimento de valores da PLANEJA ASSESSORIA e de SÍLVIO ROMÃO, a fim de que JOSÉ RICARDO atuasse em favor da GERDAU no CARF.

Os réus alegam que a GERDAU não efetuou nenhum pagamento às empresas ALFA e PLANEJA, o que de fato é verdadeiro. Ocorre que as

empresas contratadas pela siderúrgica desembolsaram valores próprios, na expectativa de, com o êxito em favor da GERDAU, compensarem seus gastos com o recebimento de elevada quantia em dinheiro.

Também foi encontrada operação de lavagem de dinheiro praticada por EDISON PEREIRA RODRIGUES em benefício de VALMIR SANDRI, Conselheiro titular da Primeira Turma Superior da Câmara Superior de Recursos Fiscais e integrante da 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Sessão de Julgamentos do Processo nº 16682.720271/2011-54, que votou a favor da GERDAU.

Documento apreendido na sede do RODRIGUES E ADVOGADOS ASSOCIADOS, de EDISON PEREIRA RODRIGUES, indica um pagamento de EDISON para o conselheiro VALMIR SANDRI, dissimuladamente, por meio de uma empresa náutica.

A companhia SEGUE YACHTS DO BRASIL COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA – CNPJ 11.593.650/0001-04 remete “email” para VALMIR SANDRI, no dia 02/07/2012, no qual aponta dados bancários da companhia para que este efetuasse o pagamento devido.

Dois dias depois da cobrança feita a VALMIR SANDRI, EDISON PEREIRA RODRIGUES depositou **R\$ 50.000,00** (no dia 04/07/2012) em espécie para a mencionada empresa, conforme se verifica abaixo, em recibo apreendido no escritório RODRIGUES E ADVOGADOS ASSOCIADOS.

Uma vez que a relação entre JOSÉ RICARDO DA SILVA e VALMIR SANDRI era próxima, a transferência de recursos entre os dois deixaria a operação criminosa exposta. Assim, como EDISON RODRIGUES não tinha ligação direta com a GERDAU, a conta bancária de EDISON RODRIGUES foi utilizada para dissimular a transferência bancária.

A participação de VALMIR SANDRI no esquema coordenado por JOSÉ RICARDO DA SILVA para favorecer a GERDAU no CARF fica mais evidente com a transmissão de “email”, no dia 06/11/2013, enviado por este último, através do qual solicita a VALMIR SANDRI que encaminhe seu voto para o e-mail silva.jr@brturbo.com.br (RE 0015/2016, VOLUME I, fl. 196).

Equipe nº	DF-7
Local da busca:	Escritório da SGR CONSULTORIA EMPRESARIAL
Item do Auto de Apreensão	ITEM 45

A AGRICULTURA MORUMBI LTDA, outra empresa de EZIQUIEL CAVALLARI, também foi utilizada para dissimular a origem criminosa de valores repassados a JOSÉ RICARDO DA SILVA.

Após as transferências da PLANEJA ASSESSORIA de R\$ 88.560,00 para a AGRICULTURA MORUMBI LTDA, esta última destinou R\$ 76.500,00 para a conta corrente de JOSÉ RICARDO DA SILVA no dia 02/05/2012. Além desse valor, foram creditados pela empresa PLANEJA, em benefício de JOSÉ RICARDO, em 04/05 (R\$14.500,00 e R\$30.000,00), 07/05 (R\$30.000,00) e 08/05 (R\$2.000,00), confirmando as informações da planilha da SGR.

Tendo em vista o uso de empresas interpostas para repassar dinheiro a JOSÉ RICARDO DA SILVA, EZIQUIEL CAVALLARI e SÍLVIO ROMÃO praticaram CINCO vezes o delito de lavagem de dinheiro, previsto no art. 1º da Lei nº 9.613/98, uma vez que foram cinco transferência bancárias envolvendo valores oriundos do crime de corrupção passiva praticado pelo ex-Conselheiro do CARF.

Destaca-se, por fim, a documentação apreendida no escritório da PLANEJA ASSESSORIA EMPRESARIAL contendo anotações com valores do processo da GERDAU, pagos em adiantamento(RE 0015/2016, fls. 209-210):

Dados da documentação apreendida:

Equipe nº	SP-14
Local da busca:	PLANEJA
Item do Auto de Apreensão	01

34 (com 10 pontos)

1139	10680.724392/2010-28 -	R. V. provido por maioria 10/04/2012	26,05	11/2010
	11080.723702/2010-19 -	" " 27,01	" " 9/2010	
	11080.723701/2010-74 -	" " 27,65	" " 9/2010	
1671	166682.720271/2011-54		22,48	3/2011

292	16643.000276/2010-42 -	R.V. provido por maioria 4/12/2012	10/2010 - 15,85%	338.200,-
817	16561.720014/2011-99		11/2011 - 14,93%	1.054.200,-
118	11080.737740/2011-43		12/2011 - 14,06%	135.700
1323				1.528.100

①

$1139 \times 14) 20,03 = 1.435 \times 1,10 = 1.578,50$
 $1.671 \times 14) 27,43 = 2.045 \times 1,10 = 2.249,50$
3.828,00 ←

② - $1323 \times 14) 11,20 = 1.528.100 \times 1,10 = 1.680.910$
1.680.910 ←

56400

O valor de R\$ 38.200,00 indicado com seta vermelha, anotado em papel apreendido no escritório da PLANEJA ASSESSORIA, diz respeito ao pagamento de R\$ 38.000,00 em favor de VALMAR FONSECA DE MENEZES, integrante da organização criminosa, no dia 22/06/2012, distribuídos em cédulas de R\$ 20,00 (1.400) e de R\$ 10,00 (1.000).

Tal operação ocorreu pouco após a data em que houve a primeira decisão para os processos de ágio da GERDAU, no qual VALMAR FONSECA DE MENEZES participou das sessões de julgamento como presidente, juntamente com JOSÉ RICARDO DA SILVA (vice-presidente).

Outros depósitos suspeitos em benefício de VALMAR FONSECA DE MENEZES, nos anos de 2012 e 2013, foram listados pela autoridade policial.

O pagamento a VALMAR MENEZES, uma vez que oriundo da empresa PLANEJA ASSESSORIA, que tinha interesse direto na vitória da GERDAU no CARF, também tinha origem criminosa, o que configura o crime de lavagem de capitais praticado por VALMAR MENEZES.

7) PROCESSOS ENVOLVENDO LUCROS NO EXTERIOR

O grupo GERDAU também firmou contrato com as empresas ALFA/PLANEJA para assegurar o êxito dos processos administrativos que envolviam as autuações fiscais em razão da sonegação de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido envolvendo lucros das subsidiárias no exterior.

No dia 02/07/2012, foi celebrado o contrato para prestação dos serviços de consultoria e assessoria empresarial referentes aos processos de Lucros no

Exterior (processos nº 16643.000276/2010-42, 16561.720014/2011-99 e 11080.732740/2011-43).

Os termos desse contrato são idênticos aos do contrato relativo aos processos de ágio interno.

De igual modo, os representantes da siderúrgica foram RAUL FERNANDO SCHNEIDER e MARCOS ANTÔNIO BIONDO. Estes atuaram com expressa autorização e ciência do diretor EXPEDITO LUZ, conforme revela as procurações anexas aos autos.

É peculiar observar que nesse contrato houve um incremento da remuneração paga às contratadas, passando 1,10% para 1,2% sobre os benefícios auferidos pela GERDAU, fato que evidentemente decorreu do êxito nos processos referentes a ágio interno nos quais houve vitória na Câmara Baixa.

A oferta de vantagem indevida foi mascarada pela utilização das empresas ALFA e PLANEJA, que aparentemente não possuíam vínculo com JOSÉ RICARDO DA SILVA.

No dia 10/09/2012, o conselheiro Marcos Shiguelo Takata enviou uma mensagem eletrônica para os colegas de turma, para que pudessem refletir sobre o processo nº 16643.000276/2010-42 (Lucros no Exterior).

No mesmo dia, JOSÉ RICARDO DA SILVA respondeu, afirmando que ainda não formara uma opinião conclusiva sobre o assunto, questionou a consistência da autuação e demonstrou interesse em debater o tema:

Em resposta, o Conselheiro Marcos Takata respondeu apenas um “Certamente, meu amigo”. Apesar da reunião não ter sido provada, o fato é que JOSÉ RICARDO DA SILVA votou a favor dos interesses da empresa GERDAU, no dia 02/10/2012.

Participaram do julgamento os conselheiros VALMAR FONSECA DE MENEZES (presidente da turma), JOSÉ RICARDO DA SILVA (vice-presidente), EDELI PEREIRA BESSA, BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR, CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA GUERREIRO e MARCOS SHIGEO TAKADA.

Tendo em vista a demonstração da conexão existente entre as empresas ALFA/PLANEJA e JOSÉ RICARDO DA SILVA, conclui-se que MARCOS BIONDO, RAUL SCHNEIDER e EXPEDITO LUZ, por meio do contrato assinado com as empresas de EZIQUIEL CAVALLARI e SÍLVIO ROMÃO, prometeram vantagem indevida ao então Conselheiro do CARF JOSÉ RICARDO DA SILVA, para determiná-lo a praticar, omitir e/ou retardar ato de ofício, por meio do voto proferido no Processo Administrativo Fiscal nº 16643.000276/2010-42, que envolvia a tributação de lucros no exterior.

8) CAPITULAÇÃO

Ao agirem conforme o narrado, os acusados praticaram os seguintes crimes:

8.1: CRIME DE CORRUPÇÃO PRATICADO NO ÂMBITO DOS PROCESSOS DE ÁGIO INTERNO

- a) JOSÉ RICARDO DA SILVA: praticou o crime do art. 317, § 1º do Código Penal;
- b) JOÃO BATISTA GRUGINSKI: praticou o crime do art. 317, § 1º c/c art. 29 do Código Penal;
- c) PAULO ROBERTO CORTEZ: praticou o crime do art. 317, § 1º c/c art. 29 do Código Penal;

d) VALMAR FONSECA DE MENEZES: praticou o crime do art. 317, § 1º c/c art. 29 do Código Penal;

e) VALMIR SANDRI: praticou o crime do art. 317, § 1º c/c art. 29 do Código Penal;

f) DORIVAL PADOVAN: praticou o crime do art. 317, § 1º c/c art. 29 do Código Penal;

g) BRUNO PADOVAN: praticou o crime do art. 317, § 1º c/c art. 29 do Código Penal;

h) SÍLVIO GUATURA ROMÃO: praticou o crime do art. 317, § 1º c/c art. 29 do Código Penal;

i) EZIQUIEL CAVALLARI: praticou o crime do art. 317, § 1º c/c art. 29 do Código Penal;

j) MARCO ANTÔNIO BIONDO: praticou o crime do art. 333, parágrafo único do Código Penal;

l) RAUL SCHNEIDER: praticou o crime do art. 333, parágrafo único do Código Penal;

m) EXPEDITO LUZ: praticou o crime do art. 333, parágrafo único do Código Penal;

n) AMADOR OUTERELO FERNANDEZ: praticou o crime do art. 333, parágrafo único do Código Penal;

8.2: CRIMES DE LAVAGEM DE DINHEIRO MATERIALIZADOS NAS TRANSFERÊNCIAS BANCÁRIAS EFETUADAS PELAS EMPRESAS AGROPECUÁRIA MORUMBI, ALFA e PLANEJA.

a) EZIQUIEL CAVALLARI: praticou o crime do art. 1º da Lei n.º 9.613/98, por três vezes, em crime continuado (uma transferência a JOSÉ RICARDO DA SILVA, por meio da AGROPECUÁRIA MORUMBI, uma transferência a EDISON RODRIGUES, por meio da PLANEJA ASSESSORIA e uma transferência a VALMAR MENEZES);

b) SÍLVIO GUATURA ROMÃO: praticou o crime do art. 1º da Lei n.º 9.613/98, por sete vezes, em crime continuado (quatro transferências a JOSÉ RICARDO DA SILVA, duas transferências a EDISON RODRIGUES, sendo uma diretamente e a outra por meio da PLANEJA ASSESSORIA e uma transferência a VALMAR MENEZES);

c) JOSÉ RICARDO DA SILVA: praticou o crime do art. 1º da Lei n.º 9.613/98, por cinco vezes, em crime continuado (recebeu quatro transferências de SÍLVIO ROMÃO e uma transferência de EZIQUIEL CAVALLARI, por meio da Agropecuária Morumbi);

d) EDISON RODRIGUES: praticou o crime do art. 1º da Lei n.º 9.613/98, por três vezes, em crime continuado (recebeu uma transferência da PLANEJA, uma transferência de SÍLVIO ROMÃO e destinou valores a VALMIR SANDRI);

e) VALMAR FONSECA DE MENEZES: praticou o crime do art. 1º da Lei n.º 9.613/98; (recebeu valores da PLANEJA ASSESSORIA)

f) VALMIR SANDRI: praticou o crime do art. 1º da Lei n.º 9.613/98 (recebeu valores de EDISON RODRIGUES).

8.3: CRIME DE CORRUPÇÃO PRATICADO NO ÂMBITO DO PROCESSO Nº 16643.000276/2010-42 (LUCROS NO EXTERIOR)

a) JOSÉ RICARDO DA SILVA: praticou o crime do art. 317, § 1º do Código Penal;

b) DORIVAL PADOVAN: praticou o crime do art. 317, § 1º c/c art. 29 do Código Penal;

c) BRUNO PADOVAN: praticou o crime do art. 317, § 1º c/c art. 29 do Código Penal;

d) SÍLVIO GUATURA ROMÃO: praticou o crime do art. 317, § 1º c/c art. 29 do Código Penal;

e) EZIQUIEL CAVALLARI: praticou o crime do art. 317, § 1º c/c art. 29 do Código Penal;

f) MARCO ANTÔNIO BIONDO: praticou o crime do art. 333, parágrafo único do Código Penal;

g) RAUL SCHNEIDER: praticou o crime do art. 333, parágrafo único do Código Penal;

h) EXPEDITO LUZ: praticou o crime do art. 333, parágrafo único do Código Penal;

9) REQUERIMENTOS

Requer o recebimento desta denúncia, a citação dos acusados para responderem à acusação e posterior intimação para audiência, de modo a serem processados pelo rito comum ordinário (art. 394, § 1º, I, do CPP), até final condenação. O MPF ressalva a possibilidade de juntada posterior de outros documentos que venham aperfeiçoar a instrução criminal, com base nos arts. 231 e 596 do Código de Processo Penal.

Brasília/DF, 23 de agosto de 2017

FREDERICO PAIVA

Procurador da República

HEBERT REIS MESQUITA

Procurador da República

TESTEMUNHAS:

- 1)** ANDRÉ DAVIS ALMEIDA, residente na SQN 105 BL. A, apto 505, Asa Norte, CEP 70734010, Brasília/DF
- 2)** NELSON MALMANN, residente na Rua Adolfo Lutz, número 683, bairro Canudos, CEP:93540-190, Novo Hamburgo/RS.
- 3)** ANDRÉ BIER GERDAU JOHANPETER, residente na Rua Engenheiro Ildefonso Simões Lopes, número 201, casa 15, bairro Três Figueiras, Porto Alegre/RS.
- 4)** RODRIGO THOMAZ SCOTTI MUZZI, residente na Rua Antônio José de Almeida, número 90, Bairro Granja Julieta, CEP 04720-060, São Paulo/SP.
- 5)** ALBERT RABÊLO LIMOEIRO, residente na SHIN, CA10, Lote 14 – BL. E, apto 119, Condomínio Bellagio Duplex, Lago Norte, Brasília/DF, CEP 71500000
- 6)** MOEMA NOGUEIRA NÉCO, residente na na QNP 18, Conjunto B Casa, 47, Setor P. Sul, Ceilândia Sul, Brasília/DF, CEP 722318-02.
- 7)** JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA, residente na Avenida Segunda, Bloco 1140, 04, Casa, Núcleo Bandeirante, Brasília/DF, CEP 717150-32.
- 8)** GERALDO TOFFANELLO, residente na Rua Carlos Trein Filho, nº 1171, apto 701, Bairro Bela Vista, Porto Alegre/RS;
- 9)** FÁBIO REZENDE CAVALLARI, residente na Rua Dr. Oscar Monteiro de Barros, n. 333, apto 161, bairro Vila Suzana, São Paulo/SP, CEP 056410-10.
- 10)** FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO, residente na Rua Joaquim Pedro Soares, n. 175, Apto 1001, Centro, Novo Hamburgo/RS, CEP 93510320.